

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. O QUE É O G-20	3
3. REACÇÃO DO G-20 PERANTE A CRISE	5
3.1 A PRESIDÊNCIA BRITÂNICA	5
3.2 A CIMEIRA DE PITTSBURGH	6
3.3 A QUESTÃO DOS DIREITOS DE SAQUE ESPECIAIS	7
3.4 A PRESENÇA DO PROTECCIONISMO	9
3.5 ASPECTOS SOBRE A BALANÇA COMERCIAL, O CRESCIMENTO ECONÓMICO E O DESEMPREGO NAS ECONOMIAS DO G-20. O PROBLEMA DOS DESEQUILÍBRIOS GLOBAIS	10
4. PROBLEMAS DO G-20 NA ACTUALIDADE	13
4.1 UMA ORGANIZAÇÃO SEM RUMO	13
4.2 O ACENTUAR DAS DIVERGÊNCIAS	14
4.3 AS TENSÕES ENTRE MOEDAS E OS DEBATES SOBRE OS <i>SDRs</i>	17
4.4 G-Zero: PREDOMINÂNCIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	19
4.5 A AUSÊNCIA DE REFORMAS FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E AS DIFERENÇAS ENTRE AS ECONOMIAS DESENVOLVIDAS E AS ECONOMIAS EMERGENTES	22
5. DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O G-20	26
5.1 SUGESTÃO FORMAL: A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA OS ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIRAS (OMAEF)	26
5.2 SUGESTÃO: O FORTALECIMENTO DOS <i>SDRs</i>	29
6. CONCLUSÃO	33
7. BIBLIOGRAFIA	35
8. ANEXOS	38

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tratará do Grupo dos 20 (G-20), uma organização informal que, pela influência que assume nos destinos da economia global, deve merecer toda a atenção por parte dos interessados em compreender a forma através da qual o mundo é “gerido”. Uma vez que esta organização afecta, directa ou indirectamente, todos os países, é fundamental desenvolvermos uma reflexão crítica sobre os seus princípios e sobre o seu desempenho.

Os objectivos a que nos propomos apontam para: *i)* a compreensão da natureza do grupo; *ii)* a análise da sua reacção perante os desafios levantados pela crise; *iii)* a análise dos seus próprios problemas expostos, principalmente, desde 2010; e *iv)* a formulação de duas sugestões que possam responder a alguns dos problemas anunciados.

A questão central deste trabalho será, face à convicção da importância que uma organização como o G-20 deve ter para enfrentar problemas de índole global, compreender o que levou à apatia em que se encontra, por vezes mascarada pela mediatização dos seus fóruns.

O seu desenvolvimento estruturar-se-á em quatro capítulos.

No primeiro, explicar-se-á os objectivos, o funcionamento e os métodos adoptados pelo Grupo. O segundo, composto por cinco subcapítulos, tratará de analisar o processo que conduziu o comportamento do G-20 na resposta aos desafios surgidos da crise. Veremos que o Grupo começou por reagir energicamente mas, gradualmente, foi ficando apático perante o dificultar dos desafios que se lhe deparam. O terceiro capítulo, que também compreende cinco subcapítulos, estudará e interpretará a problemática com que o G-20 se depara. Tentaremos perceber a dimensão das dificuldades e a exigência necessária para as ultrapassar. Por fim, no quarto capítulo apresentamos sugestões para um melhor funcionamento do G-20. São essencialmente constituídas por duas propostas, cada uma no seu subcapítulo. Em função do que foi apreendido anteriormente, estas propostas procurarão enquadrar-se no quadro das possíveis saídas para a apatia em que o G-20 se encontra.

Os anexos são, também, parte importante deste trabalho. Para além de gráficos e tabelas, é apresentada uma explicação sobre os antecedentes e as origens do Grupo, bem como uma breve exposição da sua actividade até à crise actual.

2. O QUE É O G-20

O G-20 é uma organização inter-governamental que reúne os Ministros das Finanças e os Governadores dos Bancos Centrais dos membros que o compõem, embora desde 2008 sejam regulares as denominadas reuniões de cúpula, que reúnem os respectivos chefes de governo – à excepção da UE que, não tendo governo, é representada pelo Presidente do Conselho, juntamente com o Presidente do Banco Central Europeu (BCE).

Esta organização, cujo encontro inaugural ocorreu em Berlim, nos dias 15 e 16 de Dezembro de 1999, trouxe a novidade de constituir um fórum sobre o desenvolvimento económico internacional, que possibilita um diálogo contínuo entre países com economias emergentes e países industrializados. Apesar de não existirem critérios específicos de adesão, existe a intenção declarada de reunir um grupo de grandes potências económicas e de manter inalterada a sua dimensão. Determinados factores, como o equilíbrio geográfico e o peso demográfico, tiveram grande importância na definição deste Grupo que, actualmente, representa cerca de 90 % do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 80% do comércio internacional, assim como dois terços da população mundial.¹

Ao integrar como membros a Argentina, a Austrália, o Brasil, o Canadá, a China, a França, a Alemanha, a Índia, a Indonésia, a Itália, o Japão, o México, a Rússia, a Arábia Saudita, a África do Sul, a Coreia do Sul, a Turquia, o Reino Unido, os EUA e a União Europeia (UE), permite projectar as conflitualidades que giram em torno de questões essenciais relativamente ao funcionamento do comércio internacional e de outras questões da *global governance*.

Ao contrário de outras instituições, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial (BM), o G-20 não tem funcionários permanentes, apoiando-se num modelo de funcionamento semelhante ao do G-8, que foi caracterizado pelo governo britânico (1998) como uma organização informal, sem regras nem um secretariado permanente²⁻³. A presidência é entregue de forma rotativa aos países membros, sendo

¹ “What is the G-20” (s.d.). Disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/about_what_is_G-20.aspx

² Para mais informações sobre este grupo, v. anexo n.º1.

seleccionado um país de um diferente grupo regional a cada ano e partilhada de forma tri-partida entre o último país a detê-la, o que a detém no presente e o que a deterá no futuro, por forma a assegurar uma continuidade coerente dos trabalhos realizados. O país que detém a presidência deve, desde logo, estabelecer para o seu mandato um secretariado que coordene os trabalhos do Grupo e organize os seus encontros. Até hoje, os países que obtiveram a responsabilidade de presidir foram o Canadá (1999 a 2001); a Índia (2002); o México (2003); a Alemanha (2004); a China (2005); a Austrália (2006); a África do Sul (2007); o Brasil (2008); o Reino Unido (2009); a Coreia do Sul (2010) e a França (2011).⁴ Em 2012 será o México a presidir e a Rússia já se ofereceu para o fazer em 2013, contando com o apoio dos restantes membros dos BRICs.⁵⁻⁶

Com o objectivo de cooperar e funcionar em sintonia com as instituições de *Bretton Woods*, são convidados para as reuniões do G-20 o Director Geral do FMI, o Presidente do BM, o Coordenador do Comité Financeiro e Monetário Internacional e o Coordenador do Comité de Desenvolvimento. Podem, ainda, participar especialistas de outras instituições, inclusivamente privadas. Estas reuniões, tendo uma regularidade anual, são antecedidas por um conjunto de encontros de funcionários governamentais, cuja missão é elaborar relatórios que dêem aos responsáveis políticos a informação suficiente para que possam dialogar e tomar decisões⁷. Refira-se, porém, que a dinâmica inerente ao G-20 se estende para além dos contornos oficiais, como se pode comprovar, por exemplo, pelo encontro em Washington, a convite do presidente norte-americano GEORGE W. BUSH, dos chefes de Estado do G-20, após as reuniões oficiais em São Paulo, nos dias 8 e 9 de Novembro de 2008.

Importa referir que o G-20 abordado neste trabalho é, esporadicamente, designado de G-20 financeiro, de modo a não ser confundido com outra organização apelidada de G-20 comercial. Já surgiram muitos “Grupos (Gs)” no panorama internacional. Muitos deles têm objectivos semelhantes, criando-se uma certa confusão,

³ HAJNAL, PETER I. (2007). *The G8 System and the G20 (Global Finance)*, Ashgate Pub Co., 2ª edição, Maio de 2007.

⁴ “What is the G-20” (s.d.). Disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/about_what_is_G-20.aspx

⁵ V. anexo n.º 8

⁶ Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICs Sanya (China, 14 de Abril de 2011), disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>, ponto 14.

⁷ “What is the G-20” (s.d.), disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/about_what_is_G-20.aspx

pelo que, para os distinguir, apresenta-se no anexo n.º 8 uma breve descrição de cada um.⁸

3. REACÇÃO DO G-20 PERANTE A CRISE

No ano de 2001, o impacto internacional criado pela “bolha da Internet”⁹ serviu de sinal pioneiro para a crise económico-financeira que se avizinhava. Foi no mês de Fevereiro do ano de 2007 que os políticos norte americanos anunciaram oficialmente a existência de uma crise financeira de grande dimensão, a qual afectava as principais instituições financeiras do país e por consequência, o equilíbrio financeiro internacional. Face a este panorama, temeu-se, desde logo, uma rotura na cadeia de pagamentos da economia global, surgindo, desta forma, um sério e pesado desafio para as instituições internacionais¹⁰. Em 2008, numa altura em que a crise se alastrara para os quatro cantos do mundo, o G-20, como que acordando da inércia que o vinha acompanhando desde o início dos anos 2000, anunciou como prioridade o combate ao proteccionismo que, como nos demonstra a História através da Grande Depressão da década de trinta, constitui um sério entrave à recuperação económica global.¹¹

3.1 A PRESIDÊNCIA BRITÂNICA

Na presidência britânica, em 2009, ocorreram duas importantes cimeiras do G-20: uma no dia 2 de Abril, em Londres, outra nos dias 24 e 25 de Setembro, em Pittsburgh, uma cidade no Estado de Pensilvânia nos Estados Unidos da América (EUA).

Na Cimeira de Londres, foi comunicada a intenção de adoptar um conjunto de políticas, regulamentações e reformas para responder aos desafios impostos pela maior crise dos últimos oitenta anos, responsável por uma contracção da produção global a um ritmo nunca visto desde a década de trinta, e pela subida alarmante do desemprego. Foi, também, feito um compromisso para apoiar o crescimento dos países com mercados emergentes e dos países em desenvolvimento, através do aumento dos recursos de

⁸ Para uma melhor compreensão do que é o G-20, cfr. os anexos nº1 e 2.

⁹ V. Anexo n.º 8

¹⁰ RIPPEL, RICARDO e RIPPEL, VALDERICE CECÍLIA LIMBERGER (2008), *Considerações a respeito das origens, dos acontecimentos e das consequências da crise económica mundial actual*, disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/issue/view/267>, p. 1

¹¹ DULLIEN, SEBASTIAN; KOTTE, DETLEF J.; MÁRQUEZ, ALEJANDRO; PRIEWE, JAN (2010). *The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries*. Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf, p. 290

empréstimo do FMI para 750,000 milhões de dólares, proposta que foi aprovada pelo Conselho do FMI em Setembro de 2009¹². Ainda no mês de Abril, o G-20, como principal fórum para a cooperação na economia internacional, criou o Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board - FSB*)¹³ para incluir os grandes países emergentes e integrar os seus esforços na coordenação dos progressos alcançados na solidificação do sistema de regulação financeira. Este conselho procura identificar vulnerabilidades no sistema financeiro, desenvolvendo políticas de regulação e supervisão para as reduzir.¹⁴

3.2 A CIMEIRA DE PITTSBURGH

Posteriormente, na abertura da Cimeira de Pittsburgh, o G-20 anunciou a sua perspectiva sobre a evolução da economia internacional, desde a Cimeira de Londres. A parte positiva desta evolução, expressou-se numa maior coordenação fiscal e numa redução dos riscos decorrentes dos excessos financeiros. Quanto à parte negativa, expressou-se pela evidência de que a recuperação se debatia, ainda, com grandes obstáculos a ultrapassar, como a persistência de altos índices de desemprego num conjunto considerável de países. Face a este panorama, a implementação de políticas extraordinárias de apoio estatal à economia foi inevitável para sustentar o sector privado, porém, os líderes do G-20 defenderam que o espaço recém-ocupado pelo estado na economia, com as respectivas políticas extraordinárias, deveria ser, no momento certo, retirado de forma coordenada entre os países.¹⁵

Foram anunciados, no final da cimeira, um conjunto de consensos. Houve, desde logo, um consenso para implementar um padrão de crescimento entre os países mais equilibrado e sustentável e para reduzir os desequilíbrios de desenvolvimento. Assim, os líderes do Grupo comprometeram-se a evitar aumentos da desestabilização nos preços dos activos e do crédito, adoptando políticas macroeconómicas promotoras da estabilidade de preços e de uma procura global equilibrada. Estabeleceram-se, também, consensos na necessidade de solidificar o sistema de regulação bancária e de outras empresas financeiras, pondo termo ao tipo de actividade bancária anterior, na necessidade de elevar os padrões de capital com vista a implementar normas

¹² *Idem, ibidem*, p. 290

¹³ O FSB é o sucessor do FSF (*Financial Stability Forum*), constituído em 1999, pelo G 7.

¹⁴ Cfr. <http://www.financialstabilityboard.org>

¹⁵ “Leaders’ Statement – The Pittsburgh Summit – September 24 – 25 2009”, disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/Documents/pittsburgh_summit_leaders_statement_250909.pdf, p. 1

internacionais de compensação, pondo termo a práticas de assunção excessiva de riscos, e na necessidade de criar ferramentas mais eficazes para obrigar as grandes empresas mundiais a responderem pelos riscos que tomam.¹⁶

Foi, ainda, realçado o compromisso de reestruturar o FMI, aumentando a representatividade dos países emergentes e dos países em desenvolvimento nos seus quadros directivos, o que, como foi amplamente destacado, já estava a ser feito no BM, onde se aumentou o poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição em 3%, diminuindo a sub-representação dos mesmos. É um excelente exemplo, uma vez que o G-20 considera o BM um actor de liderança nas respostas a problemas cuja natureza exige uma acção coordenada a nível global, como acontece com a segurança alimentar¹⁷. Refira-se que os BRICs reiteraram que a estrutura da direcção das instituições financeiras internacionais deve reflectir as mudanças na economia internacional, ampliando a voz e a representação dos países emergentes e em desenvolvimento.¹⁸

Por fim, a importância de proteger o voto dos países mais pobres em relação às políticas alimentares, bem como a necessidade de tomar novas medidas para aumentar o acesso dos alimentos, dos combustíveis e do financiamento às populações mais carenciadas, foi, também, matéria consensual e que motivou a adopção de compromissos.¹⁹

3.3 A QUESTÃO DOS DIREITOS DE SAQUE ESPECIAIS

Muitos dos compromissos do G-20, assumidos na cimeira de Pittsburgh, foram retomados nas recomendações da Comissão de Peritos do Secretário Geral das Nações Unidas, também conhecida como “Comissão *Stiglitz*”, por ser presidida por JOSEPH STIGLITZ. Estas recomendações, salientaram a necessidade de reformar os sistemas monetário e financeiro internacionais, tendo sido, algumas das quais, retomadas pela Resolução da Conferência das Nações Unidas Sobre o Sistema Financeiro Internacional e a Crise Económica. Contudo, a “Comissão *Stiglitz*” foi ainda mais longe que o G-20

¹⁶ *Idem*, p. 2

¹⁷ *Idem*, pp. 2 e 3

¹⁸ Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICs Sanya (China, 14 de Abril de 2011), disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>, ponto 15.

¹⁹ “Leaders’ Statement – The Pittsburgh Summit – September 24 – 25 2009”, disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/Documents/pittsburgh_summit_leaders_statement_250909.pdf

ao defender um papel mais importante para os *Special Drawing Rights* (Direitos de Saque Especiais – *SDRs*) no sistema de reserva mundial.²⁰

Com a eclosão da crise financeira e económica, a temática dos *SDRs* ganhou importância nos debates académicos e na agenda do G-20. Criados em 1969 para aumentar a liquidez global, numa época em que o mundo se organizava em torno de um regime de taxas de câmbio fixo, os *SDRs* são activos de reserva suplementar de câmbio, geridos pelo FMI – não sendo uma moeda, representam um crédito composto pelas seguintes quatro moedas: dólar, euro, libra e iene. Estes destinam-se a reforçar o financiamento para combater situações de instabilidade monetária e cambial.

Uma das questões que está no centro destes debates e que, certamente, levantará problemas ao entendimento entre os países do Grupo, refere-se ao funcionamento da alocação dos *SDRs*. Estes baseiam-se no sistema de quotas do FMI, pelo qual os países-membros recebem a parte da emissão correspondente às suas quotas. A quantia dessa parte reflecte, fundamentalmente, a dimensão económica do respectivo país, a qual determina a sua contribuição financeira e o seu poder de voto nos órgãos de decisão do FMI. Este factor tem sido apontado como gerador de transferências de *SDRs* para países que não são susceptíveis de utilizá-los.

Em 2010, o FMI acordou com os países emergentes a emissão de títulos “em *SDRs*”. A China anunciou, desde logo, um investimento de 50 mil milhões de dólares nestes títulos, enquanto o Brasil e a Rússia, não avançando montantes a investir, declararam o seu interesse por este regime, dando cumprimento à sua promessa na cimeira do G-20 em Londres, de cooperar no reforço dos recursos do FMI. No que se refere à China, a sua intenção de investimento relaciona-se com a estratégia que tem montada para diversificar as respectivas reservas de divisas e para estimular uma transição para um novo sistema de reserva global, menos dependente do dólar. Neste contexto, a China criou *swaps* em moeda estrangeira com uma série de economias em desenvolvimento, tanto da Ásia (Indonésia, Malásia e República da Coreia), como de outros continentes (Argentina e Bielorrússia). Em respeito dos seus interesses, a China não vai esvaziar as respectivas reservas de dólares, mas certamente irá procurar diversificá-las, investindo as reservas de dólares em vencimentos de curto prazo.²¹

²⁰ DULLIEN, SEBASTIAN; KOTTE, DETLEF J.; MÁRQUEZ, ALEJANDRO; PRIEWE, JAN (2010). *The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries*. Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf, pp. 290 e 291

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 291.

3.4 A PRESENÇA DO PROTECCIONISMO

Através do relatório do G-20 sobre medidas comerciais²², compreendido entre Outubro de 2010 e Abril de 2011, verificamos que as restrições comerciais nas economias do G-20 seguiram um sentido ascendente. Desta forma, o empenho que o G-20 mostrou para sustentar o alastramento do proteccionismo parece ter diminuído. No entanto, na óptica do G-20, apesar da gravidade da crise actual e dos desafios que acarreta, como a recuperação desequilibrada da economia, os persistentes altos níveis de desemprego, a complexa problemática da dívida soberana, o perigoso aumento dos preços das *commodities* e as tensões geopolíticas, não se verificou, como poderia ter acontecido, um aumento exponencial das barreiras comerciais²³. No anexo n.º 3 podem ser observadas as medidas comerciais restritivas adoptadas pelas economias do G-20, durante o período considerado pelo referido relatório.

Como se pode observar neste anexo, embora o ano de 2010 tenha sido positivo, o total de medidas restritivas mais do que duplicou durante o último período considerado. Para além disto, podemos constatar que o total de medidas restritivas no último período considerado é significativamente superior a qualquer um dos outros períodos, mesmo os que dizem respeito ao ano de 2009. São números que nos demonstram o quão forte é a presença do proteccionismo e, ao mesmo tempo, pela experiência histórica, o seu inevitável crescimento no seguimento de crises financeiras internacionais. Veremos qual será a influência do proteccionismo nos próximos anos que, certamente, será alimentado pela crescente concorrência de economias com baixos custos de mão-de-obra e com uma política cambial que recorre à desvalorização com o intuito de obter vantagens competitivas.

Em consonância com os dados deste relatório, apresentam-se os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), referentes ao período compreendido entre 2008 e Dezembro de 2010. Neste período, 17 países do G-20 adoptaram mais de 100 medidas comerciais com a finalidade de proteger o seu comércio interno. No ano de 2009, houve mais de 100 medidas de defesa comercial contra os produtos chineses, o que significa o

²² OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>.

²³ *Idem, Ibidem*, pág. 6

dobro do que havia sucedido em 2008. A UE deu início a 7 inquéritos “anti-dumping”²⁴ contra os têxteis, produtos metálicos e electrónicos chineses, os quais representaram 58% dos inquéritos anti-dumping feitos pela EU. Pela parte dos EUA, foram feitos 11 inquéritos anti-dumping e 7 medidas de compensação comercial contra os produtos chineses, o que constituiu um record desde a adesão da China à OMC. Determinados países em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia ou o México, também adoptaram medidas de defesa comercial contra as exportações chinesas.²⁵

O relatório de acompanhamento da OMC possibilita-nos observar a evolução dos inquéritos “anti-dumping”, entre Outubro de 2009 e Abril de 2011 (embora o período entre Abril e Outubro de 2010 não tenha sido considerado). No anexo n.º 4 podemos constatar a evolução do aumento do recurso a estes inquéritos por parte dos membros do G-20. Este relatório informa-nos que o número total de inquéritos anti-dumping realizados por países do G-20 teve, no período entre Janeiro e Setembro de 2010, uma queda de 20%, comparativamente ao período homólogo.²⁶

A partir do anexo n.º5, podemos observar uma lista de medidas restritivas à exportação²⁷, que constituem uma forma de protecção, realizada a partir de Outubro de 2008, não incluindo, contudo, muitas das restrições à exportação que estavam em vigor antes desta data. Refira-se, a propósito desta matéria, a investigação realizada pela FAO (*World Food and Agriculture Organization*) no ano de 2008. Esta demonstrou que, entre 60 países em desenvolvimento, cerca de um quarto tinha alguma forma de restrição à exportação de alimentos relacionados com produtos agrícolas.²⁸

3.5 ASPECTOS SOBRE A BALANÇA COMERCIAL, O CRESCIMENTO ECONÓMICO E O DESEMPREGO NAS ECONOMIAS DO G-20. O PROBLEMA DOS DESEQUILÍBRIOS GLOBAIS

No que respeita à balança comercial das principais economias do G-20, durante o primeiro trimestre de 2011, registou-se uma expansão modesta, em termos de dólares,

²⁴ V. Anexo n.º 8

²⁵ DULLIEN, SEBASTIAN; KOTTE, DETLEF J.; MÁRQUEZ, ALEJANDRO; PRIEWE, JAN (2010). *The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries*. Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf, p. 141

²⁶ OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 13

²⁷ V. Anexo n.º 8

²⁸ International Food & Agricultural Trade, IPC Position Paper: “Agricultural Export Restrictions: Welfare Implications and Trade Disciplines”, Janeiro de 2009, *apud* OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 23

das exportações e importações de serviços comerciais. Nos EUA, as exportações aumentaram de 128,8 biliões dólares no primeiro trimestre de 2010, para 137,4 biliões dólares no primeiro trimestre de 2011, ao passo que as importações aumentaram de 87,5 biliões dólares para 92,4 biliões de dólares face ao mesmo período de tempo. Contudo, as taxas de crescimento ano-a-ano para as exportações e importações diminuíram de 7%/8% em 2010, para 6%/7% em 2011²⁹. No anexo n.º 6 pode-se observar a evolução das balanças comerciais das economias do G-20 no período compreendido entre Janeiro de 2007 e Março de 2011.

Relativamente ao desemprego, mantém-se elevado em várias economias do G-20, como acontece nos EUA onde, apesar de ter passado de 9,6% no quarto trimestre de 2010, para 8,9% no primeiro trimestre de 2011³⁰, atinge, actualmente, uma taxa de 9,8%³¹. Por seu turno, o crescimento do PIB abrandou na generalidade das economias, inclusivamente nos EUA e no Japão. No primeiro caso, face ao crescimento do PIB de 3,1% em 2010, houve uma quebra para 1,7% em 2011.³²

No que se refere à UE, com a crise do euro como pano de fundo, a situação está longe de ser animadora. De entre os problemas com que se confronta, destaca-se a problemática das dívidas soberanas e a permanência do desemprego em 9,6%, pelo quarto trimestre consecutivo³³. Na Zona euro, este valor atinge já os 10,1%.³⁴

No anexo n.º 7 pode-se observar o crescimento do PIB e os níveis de desemprego dos países que integram o G-20.³⁵

No encontro do G-20 em Washington, nos dias 14 e 15 de Abril de 2011, apontou-se para a necessidade de, relativamente aos países que apresentam de forma continuada grandes desequilíbrios, avaliar, criteriosamente, as causas da natureza e da raiz dos seus problemas e identificar os obstáculos para a sua falta de competitividade. Essa avaliação abarca todos os factores da vida económica e financeira do país em

²⁹ OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 44.

³⁰ *Idem, Ibidem*, p. 44

³¹ KRUGMAN, PAUL (2011). “A Europa pode ser salva em 2011?”, *Courier Internacional*, n.º 181, Março 2011

³² OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 44.

³³ *Idem, Ibidem*, p. 44

³⁴ KRUGMAN, PAUL (2011). “A Europa pode ser salva em 2011?”, *Courier Internacional*, n.º 181, Março 2011

³⁵ OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 44.

causa, sendo que, pela sua importância, as políticas cambial e monetária merecerão especial atenção.³⁶

A grande maioria das análises da crise financeira refere-se ao papel nefasto que os desequilíbrios globais protagonizam, mas, por estranho que pareça, e que tem levado a inúmeras críticas, esta questão não esteve presente na agenda de “cúpula” do G-20 em algumas cimeiras, como em Pittsburgh. A ausência do desempenho esperado para corrigir os desequilíbrios existentes reflecte-se no facto de não estar a ser feita uma reforma no sistema cambial internacional que contribua para a construção de uma nova ordem mundial, assente numa governação económica e financeira mais ampla e representativa, ou seja, que integre a perspectiva dos países em desenvolvimento. Reflecte-se, também, na ausência de medidas estruturais que combatam tanto os desequilíbrios globais do comércio, como os desequilíbrios globais dos fluxos de capitais. Estas matérias, pela sua intimidade com a raiz da crise financeira, necessitam indubitavelmente de uma reestruturação, merecendo, por isso, especial destaque nos trabalhos da Comissão *Stiglitz*.³⁷

³⁶ “Meeting of Finance Ministers and Central Bank Governors, Washington DC, 14-15 April 2011: Final Communiqué”, disponível em <http://www.G-20-g8.com/g8-G-20/G-20/english/for-the-press/news-releases/meeting-of-finance-ministers-and-central-bank.1104.html>

³⁷ DULLIEN, SEBASTIAN; KOTTE, DETLEF J.; MÁRQUEZ, ALEJANDRO; PRIEWE, JAN (2010). *The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries*. Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf, p. 7

4. PROBLEMAS DO G-20 NA ACTUALIDADE

4.1 UMA ORGANIZAÇÃO SEM RUMO

Actualmente, o G-20 é visto como uma organização incapaz de responder aos desafios que se lhe apresentam. Se, numa primeira fase da crise financeira, o G-20 promoveu alguns consensos para responder aos obstáculos que esta acarretava, constata-se que, desde 2010, a realidade se alterou significativamente, uma vez que a diversidade dos interesses económicos de cada país se impôs no panorama internacional. A cooperação entre as duas maiores economias mundiais, os EUA e a China, poderia contribuir para a resolução de alguns problemas transnacionais, porém essa perspectiva mostra-se irrealista perante um conjunto de factos, tais como Pequim não ter a vontade de abraçar o risco de, nos dias que correm, assumir um papel de liderança global, e da política monetária e cambial chinesa não permitir que o Yuan se apresente como moeda-base para as trocas internacionais.³⁸

A este respeito, há ainda um outro problema, já apontado neste trabalho, que se relaciona com a desafiadora indiferença com que a China reage aos avisos de Washington para que permita que o valor da sua moeda aumente consideravelmente, sofrendo, por isso, um conjunto de restrições às suas exportações. Pequim justifica as suas opções políticas e económicas com o facto de estar a atravessar um momento crucial do seu desenvolvimento, o qual exige a salvaguarda de determinados interesses estratégicos.³⁹

Nos dias de hoje, os EUA, *per si*, não têm os recursos necessários para continuarem a assumir uma liderança unipolar e a Europa, por seu turno, está confrontada com grandes problemas internos devido, essencialmente, à crise da zona euro, obstruindo a sua participação activa no quadro político e económico internacional.⁴⁰

Uma coisa é certa, as respostas fortes para enfrentar os desafios transnacionais exigem a participação directa das potências emergentes, principalmente da China, da Índia e do Brasil, as quais, ainda assim, estão demasiado centradas na sua política interna para poderem promover concertos a nível global. Deste modo, a realidade do G-20 está mais de acordo com a denominação de G-Zero, na qual nenhum país ou bloco de

³⁸ BREMMER, IAN e ROUBINI, NOURIEL (2011). “A G-Zero World”. *Foreign Affairs*, vol. 90, n.º 2, 2011 p. 1

³⁹ *Idem, Ibidem*, p. 4

⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p. 1

países tem a força suficiente para impulsionar a constituição de uma agenda internacional sólida.⁴¹

4.2 O ACENTUAR DAS DIVERGÊNCIAS

A evolução da crise mostrou que as principais economias em desenvolvimento, como a China e a Índia, sofreram um impacto menor e recuperaram mais rapidamente que os países mais desenvolvidos. Os bancos chineses e indianos ficaram menos expostos do que os bancos ocidentais perante o contágio do colapso da banca norte-americana. No caso chinês, as suas reservas cambiais permitiram-lhe evitar uma crise de liquidez, como a que se fez sentir no ocidente. A capacidade de Pequim para financiar investimentos públicos, nomeadamente infra-estruturas, possibilitou a criação de novos empregos, evitando que o declínio da procura dos EUA e da Europa desencadeasse aumentos da sua taxa de desemprego.⁴²

Refira-se que a crise asiática de 1997 motivou a adopção de políticas de maior precaução por parte dos países da região, permitindo-lhes amortecer de outra forma os efeitos da crise actual. Os seus políticos comprometeram-se a manter o valor das suas moedas desvalorizado, permitindo-lhes alcançar *superavits* em conta corrente e, por consequência, resguardarem-se de crises de liquidez ao mesmo tempo que acumulavam grandes reservas de divisas estrangeiras. Os países deficitários, como os EUA, viram nessa acumulação de reservas uma forma de comércio mercantilista que impede a apreciação das respectivas moedas.⁴³

Vistas as diferenças entre as realidades dos países do G-20, as divergências assumiram o papel protagonista nas conversações correspondentes, sem que nenhuma outra instituição internacional tenha conseguido pôr cobro a esta situação⁴⁴. Porém, como nos demonstra a História, estas grandes divergências são parte natural nas questões globais mais relevantes. Veja-se o exemplo do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, redigido há mais de quatro décadas, onde as principais potências nunca conseguiram chegar a um acordo sobre a forma de construir e manter um regime de não proliferação eficaz, que trave a propagação de armas de destruição maciça. É verdade que a forma como se desenvolve a política de defesa global se assemelha a um jogo de soma zero, uma vez que o reforço militar de uma determinada potência resulta num

⁴¹ *Idem, Ibidem*, p. 2

⁴² *Idem, Ibidem*, p. 3

⁴³ *Idem, Ibidem*, p. 7.

⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p. 3

reforço militar equivalente por parte de outras potências, mas, por norma, o comércio internacional é um “jogo” que pode beneficiar todos os participantes. Porém, tal não tem acontecido já que os diferentes interesses económicos exacerbados pela crise financeira minaram a cooperação internacional, impedindo que o comércio actue como pacificador de tensões entre diferentes países e regiões.⁴⁵

Nos últimos 20 anos, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento tiveram objectivos económicos que podiam facilmente conviver. Assim, o crescimento da China e da Índia permitiu aos consumidores ocidentais aceder aos *fastest growing markets*, ajudando os governos correspondentes a controlar a inflação através da importação de bens produzidos a baixo custo. Por outro lado, os EUA, a Europa e o Japão contribuíram para a criação de empregos nos países em desenvolvimento, através da compra de parte substancial das exportações destes países e da deslocalização das suas empresas em busca de mão-de-obra barata. Este equilíbrio possibilitou a existência de uma relativa estabilidade na política internacional. Já para os próximos 20 anos, as conversações sobre questões económicas e comerciais irão ser impulsionadas pela disputa concorrencial por objectivos que se sobrepõem, à imagem do que acontece com as questões da não-proliferação nuclear e das alterações climáticas. Desta forma, face à constatação do actual *status quo*, o *Doha Round* não tem qualquer impacto na realidade, pois mostra-se absolutamente incapaz de sustentar as pressões proteccionistas.⁴⁶

Os desentendimentos sobre a liberalização do comércio colocaram os EUA, a UE, o Brasil, a China, a Índia e outras economias emergentes em conflito entre si, uma vez que, como é natural, cada governo procura proteger os seus próprios trabalhadores e indústrias. Ao olhar para as divergências em matérias como os subsídios para os agricultores dos EUA e da Europa, a protecção da propriedade intelectual e as medidas *antidumping* e de compensação, percebemos o grau de complexidade em alcançar consensos alargados. Este clima de tensão reflecte-se em acções como aquelas que são desenvolvidas pela China para acumular o máximo de recursos naturais possível, através da compra agressiva de *commodities* em África, na América Latina e noutros mercados emergentes.⁴⁷

Mas os factores demonstrativos da presença de uma atmosfera inóspita em torno do comércio global não se ficam por aqui. Em 2005, a companhia petrolífera estatal

⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 4

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 5

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 6

chinesa tentou comprar a empresa de energia norte-americana *Unocal* e, um ano mais tarde, foi a vez de a companhia estatal dos Emiratos Árabes Unidos, *Dubai Ports World*, a tentar comprar. Ambos os casos provocaram um clima de tensão em Washington que, numa lógica de protecção, impediu a compra desta empresa, o que evidenciou a escassez de normas internacionais relativas ao investimento directo estrangeiro. Questões determinantes, como a definição de “infra-estrutura crítica”, cuja consideração é muitas vezes utilizada para justificar medidas proteccionistas, necessitam de ser resolvidas, de modo a impedir o aprofundamento de tensões entre países.⁴⁸

Dentro da própria UE existem, também, grandes desentendimentos que surgiram com as crises da dívida soberana, perante as quais os líderes europeus se têm mostrado assustadoramente incapazes de encontrar respostas adequadas. Assistimos, por um lado, ao cepticismo dos alemães e de outros países do norte da Europa em contribuir para a resolução dos problemas de dívida que se vive em países como a Grécia, Portugal e Espanha, e, por outro, ao descontentamento destas populações face à crescente austeridade que lhes é imposta.⁴⁹ Para a resolução deste problema interessa reflectir sobre as palavras de IRVING FISHER que, há quase oitenta anos, advertia que a oposição entre rendimentos afectados pela deflação e uma dívida que não sofreu alteração pode agravar seriamente o abrandamento da economia. Segundo o autor, a maneira de fugir a este círculo vicioso é através de uma expansão monetária que afaste a deflação. A Reserva Federal e o Banco de Inglaterra estão a fazê-lo, mas países como a Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda não têm essa possibilidade. Assim, o colapso do euro é uma hipótese cada vez mais credível e, para o salvar, será necessário caminhar no sentido da “Federação Europeia” que ROBERT SCHUMAN ambicionou há 60 anos.⁵⁰

Existe, pelo menos, um factor que parece ser consensual: para implementar um sistema financeiro e monetário estável é imprescindível reforçar a coordenação internacional para o regular e supervisionar. Contudo, os problemas começam logo na interpretação da melhor forma de regulação e supervisão. Eventualmente, poder-se-ia constituir um super-regulador global uma vez que o capital é móvel, não podendo ser regulado pelos governos individualmente. Esta não é uma matéria fácil, até porque muitos governos de países em desenvolvimento receiam que a criação de regras internacionais mais rigorosas para as empresas financeiras os vincule mais

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. 6

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 5

⁵⁰ KRUGMAN, PAUL (2011). “A Europa pode ser salva em 2011?”, *Courrier Internacional*, n.º 181, Março 2011

acentuadamente aos sistemas financeiros das economias ocidentais, que estiveram no epicentro da origem da crise em que vivemos. É alarmante ver a incapacidade por parte dos actores da economia internacional em formular uma regulação e uma supervisão capazes de enfrentar os desafios que se lhes apresentam.⁵¹ Enquanto não se alcançarem consensos nesta matéria, os reguladores nacionais deverão ter uma visão mais abrangente que possibilite uma maior integração das realidades globais nos seus ambientes domésticos.⁵²

4.3 AS TENSÕES ENTRE MOEDAS E OS DEBATES SOBRE OS SDRs

Como tem vindo a ser referido neste trabalho, os desequilíbrios comerciais a nível global estão a seguir uma trajectória ascendente, o que aumenta o risco de guerras entre moedas não só entre os EUA e a China mas também entre outras economias. A intensificação da instabilidade relacional entre moedas fomentou os debates sobre as alternativas ao dólar, onde se insere a já desenvolvida temática dos *SDRs*, que poderiam servir como um excelente complemento para as reservas de dólares. O FMI fomentou o debate sobre a possibilidade de dar mais relevância ao papel dos *SDRs*, particularmente para ajudar países que, devido à sua procura, precisam de ter reservas de precaução, pois tal permitir-lhes-ia aceder a uma unidade de conta mais estável. É incontornável, nesta temática, abordar a questão de adicionar o Renminbi (chinês) ao conjunto de moedas que o compõem, ou seja, ao Euro, ao Dólar, à Libra e ao iene, uma vez que a China é o país com as maiores exportações do mundo, detém uma enorme quantidade de reservas e representa a segunda maior economia do mundo. Para que tal aconteça é necessário que o Renminbi flutue em relação ao dólar e que se torne conversível, pois, caso contrário, seria equivalente a reforçar o peso do dólar e comprometeria o uso potencial dos *SDRs*.⁵³

Refira-se que os BRICs assumiram oficialmente o seu apoio ao fortalecimento dos *SDRs* por considerarem que constituem um bom instrumento para reformar o sistema monetário internacional⁵⁴. Embora os países que o compõem tenham muita importância individualmente, a força de influência do grupo está dependente do

⁵¹ BREMMER, IAN e ROUBINI, NOURIEL (2011). “A G-Zero World”. *Foreign Affairs*, vol. 90, n.º 2, 2011 p. 6

⁵² SILVA, JOAQUIM RAMOS (2009). “Global Governance from the Perspective of Law and Economics”, *Halduskultuur – administrative culture* 12 (1), p. 22

⁵³ BARCLAYS CAPITAL (2011). *G20: A Map without Compass*, 18 de Fevereiro.

⁵⁴ Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICs Sanya (China, 14 de Abril de 2011), disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>, ponto 16.

respectivo acerto para a política global, o que não será fácil pois não partilham da mesma tradição cultural.⁵⁵

Em termos gerais, os debates sobre os *SDRs* não têm dado frutos, principalmente porque Washington não tem qualquer interesse em permitir que o papel central do dólar seja posto em causa⁵⁶, mesmo perante as complexas questões impostas pelo dilema de *Triffin*⁵⁷. Até o FMI, cuja relação com os EUA é estrutural, tem advertido para os riscos da dependência excessiva da economia global em relação ao dólar, riscos esses altamente exponenciados pelo défice e pela dívida que a super-potência suporta na actualidade. As preocupações em relação a esta matéria vão aumentando à medida que o Congresso dos EUA, dominado pelos republicanos, e a Administração Obama se degladiam em torno da questão de saber o melhor procedimento para reduzir o défice e a dívida.⁵⁸

Na perspectiva de curto/médio prazo, não será o *yuan* a ameaçar a referência do dólar, uma vez que, para tal, Pequim teria que permitir que a sua taxa de câmbio flutuasse, o que a obrigaria a reduzir os seus controlos sobre os fluxos de entradas e saídas de capitais, liberalizando os seus mercados de capitais e criando mercados de dívida denominados em yuans, o que a curto prazo representaria uma ameaça para a estabilidade político-económica da China.⁵⁹

Podemos ter certezas quanto ao prolongamento, por tempo indefinido, das discussões sobre a flexibilidade cambial. O foco das mesmas estará certamente centrado na China, estendendo-se, também, ao “mundo emergente” e ao respectivo uso de controlos de capital para resistir à apreciação das respectivas divisas. Apesar das pressões, principalmente dos EUA, não é previsível que a China vá mais longe do que aquilo que tem feito. Desde o Verão de 2010, a sua moeda valorizou quase 4% em relação ao dólar, embora, em termos efectivos, esta tenha sofrido uma depreciação pois o dólar significativo também sofreu uma depreciação. Verifica-se, então, uma discussão a três, na qual os actores tecem acusações entre si: as economias avançadas acusam a China e os países emergentes de não deixarem a sua taxa de câmbio apreciar; os países

⁵⁵ RAJWADE, A. V. (2011). “End of dollar dominance?”. New Dehli. Disponível em <http://www.business-standard.com/india/news/a-v-rajwade-enddollar-dominance/433371/>

⁵⁶ BREMMER, IAN e ROUBINI, NOURIEL (2011). “A G-Zero World”. *Foreign Affairs*, vol. 90, n.º 2, 2011p. 7

⁵⁷ V. Anexo n.º 8

⁵⁸ RAJWADE, A. V. (2011). “End of dollar dominance?”. New Dehli. Disponível em <http://www.business-standard.com/india/news/a-v-rajwade-enddollar-dominance/433371/>

⁵⁹ BREMMER, IAN e ROUBINI, NOURIEL (2011). “A G-Zero World”. *Foreign Affairs*, vol. 90, n.º 2, 2011 p. 8

emergentes acusam as economias avançadas de efectuarem uma política monetária contraccionista e acusam a China de manter a sua moeda significativamente desvalorizada; e a China acusa sobretudo as economias avançadas por colocarem entraves à exportação dos seus produtos.⁶⁰

Enquanto o consenso global sobre a política monetária e cambial permanece uma miragem, desenvolvem-se estratégias individuais nos bastidores do grande palco internacional. Segundo uma análise publicada pela revista *BIS*, no mês de Março de 2011, muitas moedas de países emergentes, incluindo o *Yuan* (chinês) e a *Rúpia* indiana, têm maior volume de comércio em mercados “estritamente *off-shore*” do que em mercados “*on-shore*”. São claros os factos que demonstram o esforço levado a cabo por Pequim para popularizar o uso do *Yuan*, dos quais seguem-se dois exemplos: no primeiro trimestre de 2011, perto de 7% do comércio externo chinês foi denominado em *Yuans*, representando um aumento monumental em comparação com o que havia sucedido no período homólogo, onde esse valor foi apenas de 0,5%. O segundo exemplo está no incentivo à criação de outro “centro *off-shore*” em Singapura, para a negociação de *Yuans*⁶¹. BARRY EICHENGREEN, um economista norte-americano, crê que a China está a seguir o mesmo caminho que a Reserva Federal norte-americana seguiu há quase um século, ao popularizar o uso do dólar internacionalmente.⁶²

4.4 G-ZERO: PREDOMINÂNCIA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

Entre 1945 e 1990, o equilíbrio de poder global (*balance of power*) foi definido, fundamentalmente, por diferenças relativas em termos de capacidade militar. De facto, não foram as movimentações de mercado que pautaram a dinâmica intrínseca à Guerra Fria, mas sim a corrida ao armamento e à influência política internacional. Nos dias de hoje, a importância da China e de outras potências emergentes para o futuro da economia global fazem com que as suas decisões tenham grandes consequências para os EUA, factor que veio alterar parcialmente a lógica inerente à constituição do equilíbrio de poder. Este é, precisamente, o cerne do dilema G-Zero. Se olharmos para o significado dado à expressão “segurança colectiva”, notamos que esta se refere à importância da NATO para a defesa dos interesses do Ocidente, no entanto, como a

⁶⁰ BARCLAYS CAPITAL (2011). G20: A Map without Compass, 18 de Fevereiro.

⁶¹ Hong Kong já tem um mercado florescente na moeda continental

⁶² RAJWADE, A. V. (2011). “End of dollar dominance?”. New Dehli. Disponível em <http://www.business-standard.com/india/news/a-v-rajwade-enddollar-dominance/433371/>

crise da zona euro veio demonstrar, não existe “segurança colectiva económica” num mundo economicamente globalizado.⁶³

Hoje, podemos afirmar que o Consenso de Washington⁶⁴ faz parte do passado – como afirmou o economista DANI RODRIK, “enquanto as lições tiradas pelos proponentes (do *Consenso de Washington*) e pelos cépticos diferem, é legítimo dizer que mais ninguém acredita no *Consenso de Washington*”, acrescentando que “a questão agora não é saber se o *Consenso de Washington* ainda vive; é saber-se o que deverá substituí-lo”.⁶⁵

Como é sabido, a política económica dos Estados preocupa-se primeiramente com o crescimento e o emprego interno, seguindo-se, depois, as ambições para fortalecer a economia global. De facto, porque cada governo trabalha para construir a sua segurança e prosperidade interna, as suas políticas assumem um cariz próprio devido a diferenças económicas, geográficas, culturais e históricas, evidenciando-se a essência do capitalismo de Estado. Desta forma, apesar das promessas registadas no seio do G-20 a fim de “evitar os erros do passado”, o protecționismo está vivo e de boa saúde, como vimos. Por esta razão, a era do G-Zero é mais susceptível de produzir um conflito prolongado do que algo parecido com um novo *Bretton Woods*.⁶⁶

A questão central que se coloca perante o G-20 é, assim, a de saber se, face à perda de influência dos EUA, estes ainda têm a capacidade de liderar os destinos da economia mundial. Como vimos, os desacordos no seio do Grupo estão presentes em praticamente todas as matérias, como a política monetária e fiscal, as taxas de câmbio, os desequilíbrios globais, as alterações climáticas, as regras de comércio, a reforma financeira e do sistema monetário internacional, a energia ou a segurança alimentar. Podemos constatar que as grandes potências, actualmente, vêem estas questões como “jogos de soma zero”, em vez de “jogos de soma positiva”.⁶⁷

Quanto mais sensível é a questão em consideração, mais grave se torna a incapacidade de uma organização como o G-20 conseguir alcançar os consensos

⁶³ BREMMER, IAN e ROUBINI, NOURIEL (2011). “A G-Zero World”. *Foreign Affairs*, vol. 90, n.º 2, 2011 p. 8

⁶⁴ V. Anexo n.º 8

⁶⁵ RODRIK, DANI (2006). “Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank’s Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform”. *Journal of Economic Literature*, vol. XLIV (Dezembro de 2006), pp. 973 e ss. Disponível em <http://www.wcfia.harvard.edu/node/3509>

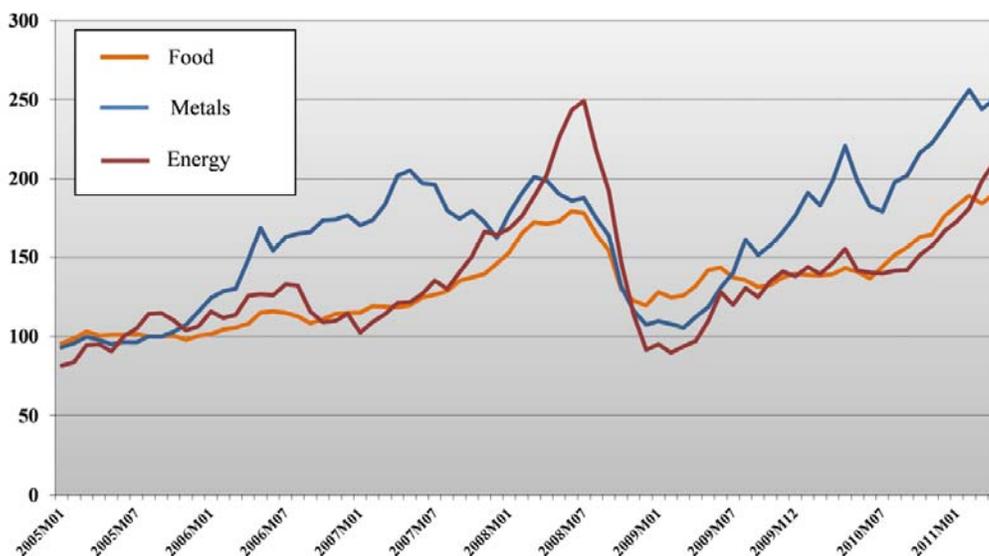
⁶⁶ BREMMER, IAN e ROUBINI, NOURIEL (2011). “A G-Zero World”. *Foreign Affairs*, vol. 90, n.º 2, 2011 p. 9

⁶⁷ ROUBINI, NOURIEL (2011). *A World Adrift*. Disponível em <http://www.slate.com/id/2285179/>

correspondentes. Um excelente exemplo desta constatação está na ausência de respostas globais perante a inflação global dos alimentos. O BM estima que, desde Junho de 2010, cerca de 44 milhões de pessoas foram arrastadas para a pobreza devido a este indicador. No curto prazo, a situação é extremamente preocupante fruto dos baixos *stocks* da maioria dos cereais, não havendo grande margem para possíveis ajustes no caso de uma importante região produtora de safra ser atingida por secas ou inundações⁶⁸. De facto, tanto as “*soft commodities*”, nas quais se integram os bens alimentares, como as “*hard commodities*”, marcadas por perigosas interrupções no fornecimento de petróleo, têm atingido preços exorbitantes, como se pode observar através do gráfico⁶⁹ que se segue:

Gráfico 1

Índice de preços das principais commodities, Janeiro de 2005 a Abril de 2011
(valores em dólares correntes, 2005=100)



Source: International Monetary Fund.

Fonte: OMC (2011).

Como referiu o francês OLIVIER BLANCHARD, economista-chefe do FMI, durante uma conferência de imprensa em Washington, "o medo voltou-se para os preços das *commodities*" que "[...] aumentaram mais do que o esperado, reflectindo uma

⁶⁸ Entrevista ao Presidente do Banco Mundial – entrevista exclusiva do site da revista VEJA. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-mundo-pode-aprender-com-as-experiencias-do-brasil>

⁶⁹ Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 40

combinação do forte crescimento da procura com uma série de choques da oferta”⁷⁰. O aumento dos preços das *commodities*, principalmente dos alimentos, tem gerado crescentes tensões sociais, designadamente na região do Norte de África e do Médio Oriente. Em consonância com a lógica de mercado, as tensões sociais no Médio Oriente derivadas do preço dos alimentos geram, por sua vez, grandes instabilidades e aumentos no preço do petróleo.⁷¹

Refira-se ainda que, pela primeira vez, mais de um bilião de pessoas estão subnutridas. Assim, se o G-20 se reivindica como o principal fórum para a cooperação mundial, terá que respeitar o seu compromisso com os objectivos do milénio⁷²⁻⁷³.

4.5 A AUSÊNCIA DE REFORMAS FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E AS DIFERENÇAS ENTRE AS ECONOMIAS DESENVOLVIDAS E AS ECONOMIAS EMERGENTES

Outro exemplo demonstrativo da incapacidade do G-20 em resolver problemas de suma importância, e que tem merecido toda a atenção neste trabalho, é a inaplicabilidade de uma verdadeira reestruturação do sistema financeiro internacional, onde várias instituições financeiras de países desenvolvidos continuam a confrontar-se com anomalias na qualidade dos seus activos e sem a vontade necessária para direccionar o sector financeiro para o suporte da economia real⁷⁴. Algumas destas instituições são exactamente aquelas que, por serem consideradas *too big to fail*, estão imunes à falência.⁷⁵

O andamento dos esforços por parte do G-20 para sustentar a execução de reformas financeiras globais está muito aquém daquilo a que se tinha comprometido na cimeira de Pittsburgh, o que beneficia aqueles que se aproveitam das debilidades do sistema⁷⁶. Uma medida que poderia contrariar alguns dos problemas do sistema financeiro internacional seria a atribuição de maior preponderância aos países em desenvolvimento nos destinos das instituições internacionais competentes, podendo-se

⁷⁰ “World Economic Outlook: Despite New Risks, Global Recovery Seen Gaining Strength” (2011). Disponível no *website* do FMI, em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2011/RES041111A.htm>

⁷¹ *Idem*.

⁷² V. anexo n.º 8.

⁷³ FARDOUST, SHAHROKH; KIM, YONGBEOM e SEPÚLVEDA, CLAUDIA PAZ (2010). *Postcrisis Growth and Development: A Development Agenda for the G-20*, World Bank Publications, Washington D.C., Novembro de 2010, pp. 40 e 64.

⁷⁴ DULLIEN, SEBASTIAN; KOTTE, DETLEF J.; MÁRQUEZ, ALEJANDRO; PRIEWE, JAN (2010). *The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries*. Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf, p. 3

⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p. 251

⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 3

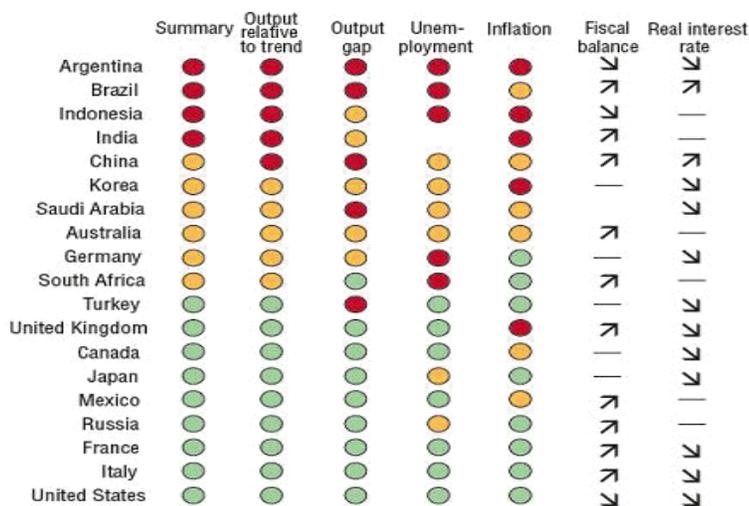
até supor, sabendo-se das grandes dificuldades que isso representaria, a institucionalização de um Conselho de Coordenação Económica Global.⁷⁷

Realmente, como já foi mencionado, é muito difícil executar um plano económico-financeiro global face às desconformidades dos interesses particulares de cada país. Tais desconformidades surgem, desde logo, entre as economias emergentes e as economias desenvolvidas.

Nas economias emergentes, cuja procura é robusta, o maior desafio que se lhes apresenta é o de evitar que o respectivo crescimento se transforme num sobreaquecimento, uma das maiores preocupações económicas a curto-médio prazo. É provável que as pressões inflacionistas contribuam para intensificar o crescimento da produção, que esbarra nas limitações de capacidade relativamente à alimentação e aos grandes aumentos do preço da energia, aliando-se, ainda, as consequentes pressões salariais. Desta forma, é conveniente exercer uma certa contenção nas políticas macroeconómicas em vários mercados emergentes, paralelamente à obrigação de realizar políticas de apoio às famílias mais pobres, confrontadas com a alta dos alimentos.⁷⁸

De seguida, apresenta-se um gráfico publicado pelo FMI referente aos países do G-20 com sinais de sobreaquecimento, os quais, como podemos observar, representam fundamentalmente economias emergentes.

Figura 1 - Indicadores de sobreaquecimento (overheating) - G-20



Fonte: *haver analytics and IMF staff calculations*. Disponível no website do FMI, em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2011/RES041111A.htm>

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 251

⁷⁸ “World Economic Outlook: Despite New Risks, Global Recovery Seen Gaining Strength” (2011). Disponível no website do FMI, em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2011/RES041111A.htm>

Nas economias desenvolvidas, os fracos balanços de crescimento e os débeis mercados imobiliários continuam a figurar-se como realidades inquietantes, nomeadamente em determinadas economias da zona euro, alvo de grandes pressões por parte dos mercados. O fortalecimento destas economias requer uma plataforma que assente em: baixas taxas de juro, mantendo, ao mesmo tempo, as perspectivas de inflação bem ancoradas; reformas fiscais; aumentos salariais moderados; reestruturação do sistema bancário; e no aumento da poupança excedentária.⁷⁹

Atentando ao crescimento real do PIB nas economias avançadas e nas economias em desenvolvimento, que ronda os 2,5% e os 6,5%, respectivamente, podemos perceber que a recuperação económica global corre a duas velocidades. Desta forma, estima-se um crescimento mundial de cerca de 4,5% em 2011 e em 2012, apesar do desemprego continuar elevado e dos riscos de sobreaquecimento estarem a intensificar-se nas economias de mercado emergente⁸⁰. Sublinhe-se, todavia, que estes dados representam previsões e são alvo de frequentes revisões. No gráfico *infra* apresentado podemos observar de forma elucidativa as diferenças de crescimento entre as economias desenvolvidas e as economias emergentes.

Figura 2 - Projeções do FMI

(diferença percentual)

	2009	2010	Projections		Difference from January 2011 WEO projections	
			2011	2012	2011	2012
World Output	-0.5	5.0	4.4	4.5	0.0	0.0
Advanced Economies	-3.4	3.0	2.4	2.6	-0.1	0.1
United States	-2.6	2.8	2.8	2.9	-0.2	0.2
Euro Area	-4.1	1.7	1.6	1.8	0.1	0.1
Germany	-4.7	3.5	2.5	2.1	0.3	0.1
France	-2.5	1.5	1.6	1.8	0.0	0.0
Italy	-5.2	1.3	1.1	1.3	0.1	0.0
Spain	-3.7	-0.1	0.8	1.6	0.2	0.1
Japan	-6.3	3.9	1.4	2.1	-0.2	0.3
United Kingdom	-4.9	1.3	1.7	2.3	-0.3	0.0
Canada	-2.5	3.1	2.8	2.6	0.5	-0.1
Other Advanced Economies	-1.2	5.7	3.9	3.8	0.1	0.1
Newly Industrialized Asian Economies	-0.8	8.4	4.9	4.5	0.2	0.2
Emerging and Developing Economies	2.7	7.3	6.5	6.5	0.0	0.0
Central and Eastern Europe	-3.6	4.2	3.7	4.0	0.1	0.0
Commonwealth of Independent States	-6.4	4.6	5.0	4.7	0.3	0.1
Russia	-7.8	4.0	4.8	4.5	0.3	0.1
Excluding Russia	-3.1	6.0	5.5	5.1	0.4	-0.1
Developing Asia	7.2	9.5	8.4	8.4	0.0	0.0
China	9.2	10.3	9.6	9.5	0.0	0.0
India	6.8	10.4	8.2	7.8	-0.2	-0.2
ASEAN-5 ¹	1.7	6.9	5.4	5.7	-0.1	0.0
Latin America and the Caribbean	-1.7	6.1	4.7	4.2	0.4	0.1
Brazil	-0.6	7.5	4.5	4.1	0.0	0.0
Mexico	-6.1	5.5	4.6	4.0	0.4	-0.8
Middle East and North Africa	1.8	3.8	4.1	4.2	-0.5	-0.5
Sub-Saharan Africa	2.8	5.0	5.5	5.9	0.0	0.1

¹Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand, and Vietnam.

Fonte: "World Economic Outlook: Despite New Risks, Global Recovery Seen Gaining Strength" (2011). Disponível no website do FMI, em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2011/RES041111A.htm>

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ *Idem.*

Considera-se, unanimemente, que, a médio prazo, o progresso do reequilíbrio da procura global necessitará de grande atenção por parte do G-20, de modo a obter-se um crescimento mais sustentável⁸¹. Porém, como tem vindo a ser focado, as condições para obter consensos alargados estão longe de ser suficientes e são difíceis de reunir.

Em suma, pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, não há nenhuma nação ou aliança de nações fortes com vontade política e poder para estabilizar as relações internacionais, o que, como demonstram determinados períodos históricos, pode favorecer ambições e comportamentos contrários aos interesses da economia global⁸². Chegados a este “estado de coisas”, marcado pela incapacidade do G-20 em responder aos obstáculos que hoje se apresentam, torna-se irónico voltar a escutar as palavras de exaltamento, aquando da eclosão da crise, à necessidade de construir um “novo *Bretton Woods*”, proferidas pelo Presidente da República francesa, NICOLAS SARKOZY, pelo então primeiro-ministro do Reino Unido, GORDON BROWN, e por outros governantes.⁸³

⁸¹ *Idem*.

⁸² ROUBINI, NOURIEL (2011). *A World Adrift*. Disponível em <http://www.slate.com/id/2285179/>

⁸³ DULLIEN, SEBASTIAN; KOTTE, DETLEF J.; MÁRQUEZ, ALEJANDRO; PRIEWE, JAN (2010). *The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries*. Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf, p. 306

5. DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O G-20

Identificadas e analisadas as grandes questões que giram em torno do G-20, onde ficou evidente a ineficácia do seu funcionamento e prestação, interessa, agora, apresentar uma óptica sugestiva. Neste sentido, apresento duas sugestões: a primeira, de carácter formal, consistirá numa proposta de reforma institucional; a segunda incidirá sobre o fortalecimento dos *SDRs*, matéria que tem sido gradualmente debatida no seio do grupo.

5.1 SUGESTÃO FORMAL: A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA OS ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIRAS (OMAEF)

Se, por um lado, este Grupo representa cerca de 90% do PIB mundial, 80% do comércio internacional e dois terços da população mundial⁸⁴, por outro, existem muitas críticas relativamente à sua representatividade. Estas críticas baseiam-se no facto de, tendo as decisões do Grupo um impacto mundial, a maioria dos países que o integram defenderem os seus interesses e não os da sua região. Acresce, ainda, que, por exemplo, o continente africano apenas se encontra representado pela África do Sul, a economia africana de maior prosperidade, aspecto que gerou críticas por parte dos líderes deste continente que, essencialmente por meio da Comissão da União Africana, presidida por JEAN PING, reivindicaram uma melhor representação no seio do Grupo.⁸⁵

Conclui-se, desta forma, que estamos perante o que se pode designar por “paradoxo de representatividade do G-20”: os indicadores económicos e populacionais, transparecendo um elevado grau de representatividade, encapotam o sentimento de ausência de representação por parte daqueles que se encontram de fora do Grupo. Assim sendo, o objectivo desta proposta é tornar o G-20 numa organização com menos intervenientes nas tomadas de decisões mas, ao mesmo tempo, mais representativo.

O G-20 passar-se-ia a designar de Organização Mundial para os Assuntos Económicos e Financeiros (OMAEF), integrando-se na ONU. Assim, ser-lhe-ia conferida uma verdadeira legitimidade, transformando-o numa organização formal. Esta organização, que se pretende flexível e célere, seria composta apenas por dois órgãos: a Câmara dos Eleitos e o Secretariado.

⁸⁴ “What is the G-20” (s.d.). Disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/about_what_is_G-20.aspx

⁸⁵ ABEBA, ADDIS (2009). “África pede maior representação em reuniões do G-20”. Disponível em <http://www.panapress.com/%C3%81frica-pede-maior-representacao-em-reunioes-do-G-20--12-432418-96-lang1-index.html>

A Câmara dos Eleitos seria composta por dez assentos, onde cada continente não poderia ter mais de três assentos e cada região mais de dois. Os candidatos poderiam apresentar-se como país, região ou como uma união de países (por ex., a UE) e as eleições realizar-se-iam no plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde cada país teria direito a um número de votos correspondente à sua dimensão populacional e económica. Numa lógica semelhante ao que acontece na atribuição a cada Estado-Membro de lugares no Parlamento Europeu, a atribuição de votos para cada país basear-se-ia no princípio da proporcionalidade degressiva. Desta forma, os países com menor população ou com uma importância modesta em termos económicos (como parte significativa dos países africanos) teriam um número de votos superior ao que seria estritamente justificado. Seria uma boa forma de respeitar a importância das grandes potências ao mesmo tempo que os países com menor influência teriam, realmente, uma “palavra a dizer” nos destinos da economia internacional. Uma vez que o G-20 é formado pelas maiores economias, dar-se-ia maior preponderância ao factor económico na ponderação do número de votos. As decisões da Câmara dos Eleitos seriam vinculativas para todos os signatários da ONU, como acontece no Conselho de segurança, e exigiriam uma maioria de nove votos para se formalizarem.

O Secretariado teria como função assessorar a Câmara dos Eleitos e garantir a continuidade dos trabalhos. Naturalmente, o Secretariado seria formado através de conversações entre os membros da Câmara para garantir a consonância entre os dois órgãos.

Esta proposta, ao conter um alargamento das funções do G-20, poderá implicar uma sobreposição das funções deste face às do FMI. Tal não aconteceria, contudo, se este último sofresse uma profunda reforma, promovida, precisamente, pela OMAEF, a par do que aconteceria com as restantes “instituições de *Bretton Woods*”. Aliás, as reformas “por fazer” destas instituições constituem uma matéria muito debatida nos meios políticos e académicos internacionais. Face à constatação da incapacidade destas organizações se reformarem a partir de dentro⁸⁶, só uma organização com a legitimidade democrática que teria a OMAEF o poderia fazer.

A grande necessidade de implementar um novo sistema económico e financeiro à escala global pode ser comparada, em parte, à necessidade que levou ao firmamento dos acordos de *Bretton Woods*. Nestes estabeleceu-se um sistema de comércio e de

⁸⁶ Apesar de, como já foi referido, o BM ter imprimido maior representatividade nos seus quadros.

pagamentos multilateral, conciliando uma relativa abertura da economia, apoiada, maioritariamente, pelos norte-americanos, adeptos do “*laissez-faire*”, nomeadamente pelo seu *State Department*, com compromissos governamentais para promover e estabilizar a economia e o emprego, apoiados, maioritariamente, pelos ingleses simpatizantes das ideias de JOHN KEYNES⁸⁷. É certo que será sempre mais fácil chegar a consensos a partir de nações culturalmente próximas, à semelhança do que aconteceu nos referidos acordos, do que alcançar consensos entre nações histórica e culturalmente diferentes, como acontece no G-20 e aconteceria numa organização como a OMAEF. Mas isso não impede que possamos encontrar objectivos idênticos em ambos os períodos e, por isso, retirar algumas ilações do processo que levou à assinatura dos acordos de *Bretton Woods*.

Um factor muito importante para a ratificação destes acordos foi a receptividade que o ambiente político mostrou perante as ideias de toda uma comunidade de especialistas, destacando-se JOHN KEYNES e HARRY WHITE, as quais permitiram criar importantes coligações políticas⁸⁸. Assim como nos anos quarenta a insatisfação popular e a incerteza no futuro permitiram destacar o debate de ideias entre especialistas⁸⁹, também nos dias que correm estas devem dar lugar a um amplo debate internacional. Assim, à semelhança do que aconteceu há pouco mais de sessenta anos, os consensos devem reflectir menos a aceitação de uma doutrina económica e mais uma reacção às deficiências e dificuldades da economia mundial⁹⁰ – não esqueçamos que *Bretton Woods* significou um compromisso acordado entre intervencionistas e liberais, dando provas que a existência de diferentes perspectivas económicas não impede um diálogo frutuoso.⁹¹

À imagem de um pedaço de cristal, os acordos de *Bretton Woods* tinham diferentes faces, projectando diferentes pensamentos e sensibilidades – nenhuma outra proposta internacionalista poderia apelar a uma base tão ampla de interesses⁹². Ora, nos dias que correm, é precisamente isso o que se exige: um acordo internacional que tenha a capacidade de responder às divergências existentes.

⁸⁷ IKENBERRY, G. JOHN (1992). “A world economy restored: expert consensus and the Anglo-American postwar settlement”. *International Organization*, 46, 1, 1992, p. 289.

⁸⁸ *Idem. Ibidem.* P. 292.

⁸⁹ *Idem. Ibidem.* P. 293.

⁹⁰ *Idem. Ibidem.* P. 297.

⁹¹ *Idem. Ibidem.* P. 317.

⁹² *Idem. Ibidem.* P. 318.

5.2 SUGESTÃO: O FORTALECIMENTO DOS SDRs

A temática dos *SDRs* tem, desde a crise financeira, ganho grande relevância nas conversações do G-20. São vários os actores que se manifestam em sua defesa, designadamente, a “Comissão *Stiglitz*” e os BRICs – principalmente a Rússia e a China. Num discurso de ZHOU XIAOCHUAN (Governador do Banco Popular da China), intitulado “Reforma do Sistema Monetário Internacional”, proferido em Março de 2009, ficou bem patente a vontade do país em promover uma divisa internacional que substitua gradualmente o papel do dólar. ZHOU XIAOCHUAN, argumentando que uma moeda nacional era inadequada para servir como moeda de reserva mundial, devido ao dilema de *Triffin* (desenvolvido nos anexos), considerou existir um entrave para os emitentes de moeda quando estes têm de, simultaneamente, alcançar os respectivos objectivos domésticos de política monetária e responder à procura externa de moeda de reserva⁹³. Porém, como foi referido neste trabalho, Pequim poderá incrementar maior relevância aos *SDRs*, planeando adicionar o Renminbi à cesta de moedas que os compõem, o que exigirá que este flutue em relação ao dólar e se torne conversível.

A questão da implementação de uma moeda internacional é antiga. Na conferência de *Bretton Woods*, JOHN KEYNES propôs a criação de uma central de liquidação internacional, a ICU (*International Clearing Unit*), que emitiria uma “moeda de intercâmbio” designada por Bancor, podendo ser convertida em qualquer outra moeda. Nesta proposta, os países que tivessem um *superavit* comercial poderiam acumular Bancors nas suas reservas e os países deficitários poderiam requerê-los por empréstimo, ficando o saldo líquido desta moeda nulo⁹⁴. A ICU poderia corrigir desequilíbrios de pagamentos, pois teria a autoridade de taxar o excesso de reservas dos países credores e adoptar outras medidas para assegurar que os desequilíbrios de pagamentos seriam corrigidos quer nos países deficitários, quer nos países excedentários, de forma a partilhar as responsabilidades dos necessários ajustamentos.⁹⁵

Este mecanismo, que foi sacrificado em detrimento do padrão ouro/dólar, desenvolvido por DEXTER WHITE, solucionaria um problema que subsiste há muito: países “cronicamente” deficitários, à excepção dos EUA que se auto-financiam e de

⁹³ ZHOU XIAOCHUAN (2009). *Reform the international monetary system*, p. 1. Disponível em <http://www.bis.org/review/r090402c.pdf>

⁹⁴ KISTLER, HENRI (2009). “O dólar como moeda internacional de referência: é possível sua substituição?”. *Pontes*, vol. 5, n.º 4, Outubro de 2009. Disponível no *website* do *International Centre for Trade and Sustainable Development*, em <http://ictsd.org/i/news/pontes/57118/>

⁹⁵ IKENBERRY, G. JOHN (1992). “A world economy restored: expert consensus and the Anglo-American postwar settlement”. *International Organization*, 46, 1, 1992, pp. 314 e 315.

outros que dispõem de credibilidade para se financiarem a longo prazo, sofrem uma desvalorização cambial, fazendo com que o mercado financeiro não os financie ou o faça a troco de taxas de juro insuportáveis, pois não estão dispostos a mensurar esse risco.⁹⁶

Muitos países procuram acumular “moeda forte” através de exportações, pois reservas internacionais elevadas sinalizam solidez macroeconómica e proporcionam equilíbrio no preço da moeda local. Porém, como a soma global de exportações e importações é zero, os países que adoptam esta estratégia só podem acumular reservas através de um *deficit* comercial alheio, normalmente norte-americano. De facto, a perdurar a situação de *deficit* comercial, o dólar tende a desvalorizar, o que incomoda muitos países, especialmente a China que possui a maior reserva de dólares do mundo.⁹⁷

O dólar tem se mantido como moeda de referência internacional devido a, principalmente, dois factores: o volume de comércio dos EUA e a sua utilização em reservas internacionais. São precisamente estes dois indicadores que são utilizados para o cálculo dos *SDRs*, cuja composição forma-se por 44% de dólares, 34% de euros, 11% de ienes e 11% de libras esterlinas. O protagonismo do dólar tem, contudo, sofrido um revés. Em 1975, estimava-se que 80% das reservas internacionais se exprimissem em dólares. Em 2005, este valor passou para 66% e, actualmente, para 64%, embora se deva ressaltar que parte significativa desta evolução negativa se explica mais pela desvalorização do dólar do que pela troca nas reservas internacionais.⁹⁸

O fortalecimento dos *SDRs* tem sofrido alguns entraves, fundamentalmente, colocados por Washington que receia ver o papel central do dólar em causa. Prova disso, são as palavras de BARACK OBAMA durante a famosa conferência de imprensa realizada no dia 24 de Março de 2009: "acredito na economia americana e no dólar... Estou convencido de que não há necessidade nenhuma de uma nova moeda internacional".⁹⁹

No entanto, a temática dos *SDRs* ocupa cada vez mais espaço nas conversações do G-20 e na agenda do FMI. Um documento intitulado "*Reserva de Capitalização e Estabilidade Monetária Internacional*" do Departamento de Estratégia, Política e

⁹⁶ KISTLER, HENRI (2009). "O dólar como moeda internacional de referência: é possível sua substituição?". *Pontes*, vol. 5, n.º 4, Outubro de 2009. Disponível no *website* do *International Centre for Trade and Sustainable Development*, em <http://ictsd.org/i/news/pontes/57118/>

⁹⁷ *Idem. Ibidem.*

⁹⁸ *Idem. Ibidem.*

⁹⁹ MILHAZES, JOSÉ (2009). "Moeda universal: utopia ou realidade". Disponível no seu *blog* "Da Rússia", em <http://darussia.blogspot.com/2009/03/moeda-universal-utopia-ou-realidade.html>

Revisão do FMI, datado de 13 de Abril de 2010, recomenda a adopção de uma moeda global denominada Bancor, em homenagem a KEYNES, que seja administrada por um banco central global. De acordo com este relatório, os *SDRs* constituiriam a principal moeda de reserva à medida que caminharíamos rumo à adopção de uma moeda global, reconhecendo-se, contudo, as limitações intrínsecas aos *SDRs*, cujo valor está ligado a moedas nacionais e, por consequência, qualquer acontecimento que as prejudique, os prejudicará também. Reconhece-se, ainda, que os *SDRs* são pesados no sentido de ser preciso reconvertê-los numa moeda nacional para que possam ser utilizados, isto é, têm uma limitação inerente ao facto de não constituírem uma moeda.¹⁰⁰

Sendo assim, o relatório do FMI considera que adoptar uma verdadeira moeda global, independente de qualquer moeda nacional e das respectivas oscilações, administrada por um banco central global, é a melhor resposta aos actuais desafios internacionais. Neste relatório, onde se compara o banco central global à Reserva Federal estado-unidense, constam as seguintes palavras: "*O banco central global poderia servir como um prestador de última instância, proporcionando a liquidez sistémica necessária em caso de choques adversos, de forma mais automática do que a forma actual*"¹⁰¹. Como se depreende, este relatório tem uma profunda inspiração Keynesiana.

Realce-se, ainda, a aproximação entre as ideias do Departamento de Estratégia, Política e Revisão do FMI e da UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*). Esta afirma que, contrariando o que hoje acontece, quer os países deficitários, quer os países excedentários, terão que encontrar ajustamentos que não inculcam a responsabilidade apenas aos primeiros. Segundo a UNCTAD, o modelo actual tem um cariz deflacionário, uma vez que os países deficitários são obrigados a reduzir as suas compras no exterior quando não conseguem mais financiamento, enquanto os superavitários não têm o dever de aumentar as suas importações. O resultado traduz-se numa diminuição da procura que reduz o preço dos produtos.¹⁰²

Pensar na implementação de um sistema baseado numa moeda global remete-nos imediatamente para os obstáculos que os EUA iriam levantar. Actualmente, essa

¹⁰⁰ "Bancor: The Name Of The Global Currency That A Shocking IMF Report Is Proposing" (2010). Disponível no *blog* "The Economic Collapse blog", em <http://theeconomiccollapseblog.com/archives/bancor-the-name-of-the-global-currency-a-shocking-imf-report-urges-the-world-to-adopt>

¹⁰¹ *Idem*.

¹⁰² "Trade and Development Report, 2010" (2010). Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/tdr2010full_embargo2010_en.pdf, p. 21.

proposta está imbuída num utopismo que, como grande parte das utopias, poderá, num futuro incerto, deixar de o ser. Em consonância com a realidade, e não abdicando de uma certa ambição necessária ao espírito reformista, melhorar o mecanismo dos *SDRs* e reforçar a sua importância no sistema monetário internacional poderá figurar-se como a melhor alternativa para solucionar os inúmeros problemas com que nos deparamos. Se a China os quer reforçar, mesmo sem incluir a divisa correspondente, não será esse obstáculo a impedi-lo. Por outro lado, facilitar a sua utilização encontrando meios eficientes de os converter em moedas nacionais e aumentar a cesta de moedas que o compõem por forma a reduzir a sua exposição às oscilações de determinadas economias, reforçará a sua credibilidade enquanto alternativa.

Desta maneira, o fortalecimento dos *SDRs* representaria um movimento de distanciação parcial face ao dólar como moeda de reserva mundial, não atemorizando tanto os EUA como sucederia com a moeda global. Por outro lado, o facto de já existirem permite tanto encurtar caminhos, como adaptarem-se melhor às disposições de cada país. Conclui-se, então, que a temática da moeda global, mesmo sob a perspectiva de “estágio final”, deve ficar na “gaveta”, sob pena de dificultar o fortalecimento dos próprios *SDRs*.

Para concretizar um projecto desta natureza, uma organização supranacional, como o FMI, não tem a força suficiente para o fazer. Afinal, são os Estados (ou, pelo menos, deveriam ser) os principais actores do panorama internacional, pelo que, só uma organização intergovernamental, como o G-20, poderá assumir essa responsabilidade.

6. CONCLUSÃO

Nascendo para a necessidade de melhorar a coordenação e a cooperação internacional, passando os primeiros anos na sombra e acordando de rompante com o despertar de uma crise sem fim à vista, o G-20 dispôs-se energicamente a assumir as responsabilidades com que se comprometera no fechar do século XX. Porém, a partir de 2010 mostrou ser uma organização de fraca resistência.

Esta mesma ideia comprova-se pela incapacidade deste Grupo em acompanhar os desafios que esta crise acarreta, nomeadamente a divergência de interesses entre países, desmascarada pela turbulência que pautava os mercados. Certamente, a solução deste problema começará pelo encontro do ponto de equilíbrio entre os interesses das duas grandes economias mundiais, os EUA e a China.

A reestruturação das instâncias internacionais, nomeadamente no que ao reforço da influência do poder político nos destinos da *global governance* diz respeito, foi, também, um objectivo falhado. A este respeito, vale a pena citar PAUL KRUGMAN: “Estejam ou não conscientes disso, os dirigentes políticos servem quase exclusivamente os interesses dos financiadores - os que emprestaram muito dinheiro no passado, frequentemente de forma leviana, e que hoje são protegidos dos prejuízos fazendo com que sejam pagos por todos os outros”.¹⁰³

Uma vez que os actores que integram o G-20 mostram uma inaptidão para construírem consensos, os resultados que esta organização informal apresenta assemelhar-se-ão certamente aos resultados de um presumível “G-Zero”. Face a esta situação, uma declaração de vontade desta organização para se reformular sobre contornos de maior legitimidade e exposição à crítica, ou o apoio a projectos como o fortalecimento dos *SDRs*, poderia representar um sinal de mudança.

As respostas que o G-20 deve dar para enfrentar os grandes obstáculos com que se confronta terão que ser encontradas através de um debate que se estenda para além das quatro paredes onde os líderes do Grupo se reúnem, abrindo espaço para críticas de diferentes correntes. Como afirmou SERGE HALIMI: “Nunca como hoje foi tão claro que não estamos perante um debate “técnico” e financeiro, mas sobretudo perante um combate político e social”.¹⁰⁴ Assim, aproveitando o avanço do sector das

¹⁰³ KRUGMAN, PAUL (2011). “Rule by Rentiers”, apud HALIMI, SERGE, “Não tenha vergonha de querer a lua”, *Le Monde Diplomatique* N°57; II Série; Julho de 2011.. p. 5.

¹⁰⁴ HALIMI, SERGE (2011). “Não tenha vergonha de querer a lua”, *Le Monde Diplomatique* N°57; II Série; Julho de 2011.. p. 5. “Le Monde Diplomatique” N°57; II Série; Julho de 2011. p. 5.

comunicações, deve ser promovido um debate verdadeiramente global, que atraia as boas ideias e repulse interesses de *lobbies*.

Ver essa iniciativa partir do G20, seria “ouro sobre azul”. Na verdade, tal como afirmou Pascal Lamy, “global challenges need global solutions and these can only come with the right global governance [...]”¹⁰⁵.

¹⁰⁵ SILVA, JOAQUIM RAMOS (2009). “Global Governance from the Perspective of Law and Economics”, *Halduskultuur – administrative culture* 12 (1), p. 13.

7. BIBLIOGRAFIA

- ABEBA, ADDIS (2009). “África pede maior representação em reuniões do G-20”. Disponível em <http://www.panapress.com/%C3%81frica-pede-maior-representacao-em-reunioes-do-G-20--12-432418-96-lang1-index.html>
- BRADFORD, COLIN I. e WONHYUK, LIM (2011). *Global Leadership in Transition: Making the G20 More Effective and Responsive*, Brookings Institution Press with the Korean Development Institute, Junho 2007.
- BREMMER, IAN e ROUBINI, NOURIEL (2011). “A G-Zero World”. *Foreign Affairs*, vol. 90, n.º 2, 2011
- DULLIEN, SEBASTIAN; KOTTE, DETLEF J.; MÁRQUEZ, ALEJANDRO; PRIEWE, JAN (2010). *The Financial and economic crisis of 2008-2009 and developing countries*. Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf
- FARDOUST, SHAHROKH; KIM, YONGBEOM e SEPÚLVEDA, CLAUDIA PAZ (2010). *Postcrisis Growth and Development: A Development Agenda for the G-20*, World Bank Publications, Washington D.C., Novembro de 2010, pp. 40 e 64.
- HAJNAL, PETER I. (2007). *The G8 System and the G20 (Global Finance)*, Ashgate Pub Co., 2ª edição, Maio de 2007
- HALIMI, SERGE. “Não tenha vergonha de querer a lua”, *Le Monde Diplomatique*, nº57; II Série; Julho de 2011.
- IKENBERRY, G. JOHN (1992). “A world economy restored: expert consensus and the Anglo-American postwar settlement”. *International Organization*, 46, 1, 1992.
- INTERNATIONAL FOOD & AGRICULTURAL TRADE (2011), IPC Position Paper: "Agricultural Export Restrictions: Welfare Implications and Trade Disciplines", Janeiro de 2009, *apud* OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>
- KISTLER, HENRI (2009). "O dólar como moeda internacional de referência: é possível sua substituição?". *Pontes*, vol. 5, n.º 4, Outubro de 2009. Disponível no *website* do *International Centre for Trade and Sustainable Development*, em <http://ictsd.org/i/news/pontes/57118/>
- KRUGMAN, PAUL (2011). “A Europa pode ser salva em 2011?”, *Courrier International*, n.º 181, Março 2011
- KRUGMAN, PAUL (2011). “Rule by Rentiers”, *apud* HALIMI, SERGE. “Não tenha vergonha de querer a lua”, *Le Monde Diplomatique* N°57; II Série; Julho de 2011.
- MILHAZES, JOSÉ (2009). “Moeda universal: utopia ou realidade”. Disponível no seu *blog* “Da Rússia”, em <http://darussia.blogspot.com/2009/03/moeda-universal-utopia-ou-realidade.html>

- OMC (2011). “Reports on G-20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)”. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>.
- RAJWADE, A. V. (2011). “End of dollar dominance?”. New Dehli. Disponível em <http://www.business-standard.com/india/news/a-v-rajwade-end-dollar-dominance/433371/>
- RIPPEL, RICARDO e RIPPEL, VALDERICE CECÍLIA LIMBERGER (2008), *Considerações a respeito das origens, dos acontecimentos e das consequências da crise econômica mundial actual*, disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/issue/view/267>
- RODRIG, DANI (2006). “Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank’s Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform”. *Journal of Economic Literature*, vol. XLIV (Dezembro de 2006), pp. 973 e ss. Disponível em <http://www.wcfia.harvard.edu/node/3509>
- ROUBINI, NOURIEL (2011). *A World Adrift*. Disponível em <http://www.slate.com/id/2285179/>
- SILVA, JOAQUIM RAMOS (2009). “Global Governance from the Perspective of Law and Economics”, *Halduskultuur – administrative culture* 12 (1), 12-25.
- ZHOU XIAOCHUAN (2009). *Reform the international monetary system*, p. 1. Disponível em <http://www.bis.org/review/r090402c.pdf>
- “Bancor: The Name Of The Global Currency That A Shocking IMF Report Is Proposing” (2010). Disponível no *blog* “The Economic Collapse blog”, em <http://theeconomiccollapseblog.com/archives/bancor-the-name-of-the-global-currency-a-shocking-imf-report-urges-the-world-to-adopt>
- Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICs Sanya (China, 14 de Abril de 2011), disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>
- Entrevista ao Presidente do Banco Mundial – entrevista exclusiva do site da revista VEJA. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-mundo-pode-aprender-com-as-experiencias-do-brasil>
- “Leaders’ Statement – The Pittsburgh Summit – September 24 – 25 2009”, disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/Documents/pittsburgh_summit_leaders_statement_250909.pdf
- “Meeting of Finance Ministers and Central Bank Governors, Washington DC, 14-15 April 2011: Final Communiqué”, disponível em <http://www.G-20-g8.com/g8-G-20/G-20/english/for-the-press/news-releases/meeting-of-finance-ministers-and-central-bank.1104.html>
- “Trade and Development Report, 2010” (2010). Nova Iorque e Genebra, United Nations Publication. Disponível em http://www.unctad.org/en/docs/tdr2010full_embargo2010_en.pdf

“What is the G-20” (s.d.), disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/about_what_is_G-20.aspx

8. ANEXOS

ANEXO N.º 1

PROCESSO EVOLUTIVO ATÉ À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO G-20

Durante o século XIX, com o Reino Unido como potência dominante, a economia internacional caracterizou-se pelo comércio livre, assente no padrão ouro. Com o decorrer do século XX, designadamente após a Segunda Grande Guerra, já com os Estados Unidos da América (EUA) como potência dominante, foi implementada, segundo denominação dos próprios, a “*Pax americana*”. Esta pautava-se pela criação de uma esfera de segurança entre grande parte dos países da Europa Ocidental, e alguns países do continente asiático e da América Latina¹⁰⁶. Esta esfera de segurança reflecte-se, essencialmente, na logística da Defesa, dinamizada pela NATO, e na estabilidade económica, dinamizada por três instituições criadas nos acordos de *Bretton Woods*: o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Mundial (BM); e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) que, desde 1995, designa-se de Organização Mundial do Comércio (OMC)¹⁰⁷.

Com o aproximar do final do século XX, surgiram outras organizações de carácter internacional¹⁰⁸, com o intuito de promover um diálogo centrado na governação global, em relação às quais, os EUA procuram exercer uma influência de cariz dominante. Destas organizações, cumpre destacar o G-7¹⁰⁹, um bloco das nações mais desenvolvidas do mundo, formado em 1975. Este Bloco mantém-se activo, sendo, desde 1997, designado de G-8, devido à entrada da Rússia, cujo processo de integração visava, sobretudo, impedir que o sistema político deste país, ainda sensível devido ao colapso da URSS, resvasse para uma ditadura¹¹⁰.

O G-8, contudo, na sequência da constatação de que as economias emergentes poderiam ameaçar os mercados internacionais com as suas instabilidades, o que se reflectia numa crescente preocupação com as consequências que poderiam advir de crises financeiras internacionais, e tendo-se estabelecido um consenso na necessidade de integrar os respectivos países na cúpula das Relações Internacionais, mostrou-se desadequado. Assim, estabeleceu-se o objectivo de reunir um grupo mais representativo das mudanças globais de cariz económico, vincadas, sobretudo, pela ascensão das economias emergentes. É neste contexto que, em Abril e

¹⁰⁶ ROUBINI, NOURIEL (2011). *A World Adrift*. Disponível em <http://www.slate.com/id/2285179/>

¹⁰⁷ *Idem, Ibidem*

¹⁰⁸ Poder-se-á considerar que a formação de algumas destas organizações poderá afectar a predominância das instâncias de *Bretton Woods*, o que, por consequência, prejudicaria a posição hegemónica dos EUA. Contudo, a verdade é que esta não é uma questão consensual

¹⁰⁹ V. anexo n.º X

¹¹⁰ ROUBINI, NOURIEL (2011). *A World Adrift*. Disponível em <http://www.slate.com/id/2285179/>

Outubro de 1998, na sequência da crise asiática, se reuniu, em Washington D. C., um grupo que ficou conhecido como G-22.

Subsequentemente, em Março e Abril de 1999, deram-se dois encontros, onde se discutiram reformas a implementar para a economia global e para o sistema financeiro internacional. Estes encontros, marcando-se pela agregação de um maior número de participantes, deram origem ao G-33.¹¹¹

As propostas apresentadas pelo G-22 e, posteriormente, pelo G-33, permitiram reforçar a influência destes “fóruns internacionais”. Contudo, estes grupos, que visaram atingir um bom nível de representatividade, acabaram por conhecer, na prossecução dos seus trabalhos, obstáculos advenientes das dificuldades inerentes ao seu processo de tomada de decisão, fruto, fundamentalmente, do número de participantes e da inevitável heterogeneidade dos mesmos.

Como resultado deste processo evolutivo, dá-se, em 1999, a institucionalização do G-20, uma organização criada em resposta à crise financeira dos finais dos anos noventa e ao reconhecimento crescente de que os países com mercados emergentes não estavam adequadamente incluídos no cerne das tomadas de decisão a nível global¹¹².

ANEXO N.º 2

G-20 ATÉ À CRISE

A presidência inaugural do G-20 foi entregue ao Canadá. O Ministro das Finanças canadiano, PAUL MARTIN, anunciou, desde logo (Dezembro de 1999), o consenso gerado no Grupo para a necessidade de reduzir as vulnerabilidades do sistema financeiro internacional, bem patentes na crise asiática dos finais dos anos noventa.

Assim, foram definidos quatro objectivos prioritários: *i)* cada país membro elaborar um relatório sobre os progressos alcançados na solidificação do respectivo sistema financeiro; *ii)* avaliar e reforçar a conformidade das actuações dos países membros com os códigos e normas internacionais, principalmente nos domínios da transparência e da política financeira; *iii)* concluir o Relatório sobre a Observância das Normas e Códigos (*Transparency Reports*), assim como activar um Sistema de Avaliação da Estabilidade Financeira do FMI, com a cooperação do BM; *iv)* elaborar uma avaliação da capacidade de amortecimento dos diferentes regimes cambiais perante o impacto de presumíveis crises financeiras internacionais.¹¹³

Confiante nos trabalhos do Grupo, PAUL MARTIN fez a seguinte afirmação: “*While this work may seem technical, it is of critical and practical importance. This first meeting of the G-*

¹¹¹ *Idem. Ibidem.*

¹¹² “What is the G-20” (s.d.). Disponível no *website* do G-20, em http://www.G-20.org/about_what_is_G-20.aspx

¹¹³ “G-20 Commits to Efforts to Reduce Vulnerabilities to Global Financial Crises” (2009), disponível em http://www.collectionscanada.gc.ca/webarchives/20071122075354/http://www.fin.gc.ca/news99/99-110_1e.html

*20 represents an important step in our ongoing efforts to reform the international financial system, promote growth in the global economy, and to see that growth shared widely*¹¹⁴. Hoje, volvida mais de uma década, sabemos que o optimismo do então Primeiro-Ministro canadiano estava desajustado da realidade inerente à natureza das Relações Internacionais.

Em Outubro de 2000, os ministros e governadores do G-20 voltaram a reunir-se nos dias 23, 24 e 25, em Montreal. Como é habitual, foram discutidas questões essencialmente financeiras, de entre as quais o balanço dos progressos conseguidos no cumprimento do compromisso acordado em Berlim. Este compromisso centrava-se, fundamentalmente, na elaboração dos Relatórios sobre a Observância de Padrões e Códigos, por parte dos estados membros, e na avaliação do Sistema de Estabilidade Financeira do FMI, com a cooperação do BM¹¹⁵.

Na reunião de 16 de Novembro de 2001, em Ottawa (Canadá), deu-se especial destaque ao terrorismo, uma vez que os atentados do dia 11 de Setembro tinham ocorrido há pouco mais de dois meses. Foram discutidas formas de detectar e combater o financiamento ao terrorismo, que estava em franca expansão desde o início dos anos 90. Deste então, esta problemática tem tido um papel importante na agenda do G-20, embora as matérias relacionadas com a redução das vulnerabilidades do sistema financeiro e com o crescimento sustentável continuem a ocupar o cerne das discussões.¹¹⁶ As presidências da Índia (2002), do México (2003) e da Alemanha (2004), tiveram, no essencial, uma agenda semelhante às anteriores.

Durante estes anos circulou nos bastidores uma desconfiança por parte de alguns países membros, como os EUA, relativamente à então futura presidência chinesa, em 2005. Contudo, a China cumpriu o seu mandato com relativa estabilidade. No comunicado final do encontro em Xianghe, na Província do Norte da China, emitido no dia 17 de Outubro de 2005, foi saudada a expansão da economia mundial, reconhecendo-se, contudo, o baixo crescimento económico e o aumento da pobreza em vários países subdesenvolvidos. As medidas anunciadas neste comunicado para responder aos desafios da economia global passavam, sobretudo, pela implementação de políticas monetárias e cambiais que conferissem maior estabilidade ao panorama económico-financeiro global, e pelo reforço da cooperação no combate à hiper-volatilidade do preço do petróleo, que aumenta as pressões inflacionistas, desacelera o crescimento e gera instabilidade. A este respeito, foi destacada a necessidade de aumentar o investimento no sector petrolífero, de modo a melhorar o processo produtivo e a capacidade de refino, promovendo-se, paralelamente, o diálogo entre fornecedores e consumidores. Foi, ainda, destacada a intenção de promover e conservar a eficiência energética, a qual passa pelo

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ *Idem.*

¹¹⁶ *Idem.*

desenvolvimento de fontes de energia alternativas e renováveis e pela redução dos subsídios aos produtos petrolíferos¹¹⁷.

Após o encontro, foram emitidas duas declarações. Na primeira, intitulada de *G-20 Statement on Global Development Issues*, foi sublinhado o apoio à *UN Millennium Review Summit* (Cimeira do Milénio das Nações Unidas), responsável pela avaliação dos progressos na consecução dos Objectivos do Milénio¹¹⁸ (*Millennium Development Goals – MDG’s*), e à liberalização comercial, que passa pelo aprofundamento da integração económica internacional. Neste sentido, foram anunciados dois objectivos: aumentar o acesso ao mercado de bens e serviços e reduzir os subsídios às empresas, nomeadamente a eliminação de todas as formas de subsídios às exportações agrícolas¹¹⁹. Na segunda declaração, intitulada de *G-20 Statement on Reforming the Bretton Woods Institutions*, foi realçada a importância que as instâncias de *Bretton Woods* devem ter nas respostas aos novos desafios globais, designadamente no combate às ameaças de desestabilização macroeconómica e financeira¹²⁰.

Nas presidências que se seguiram até ao eclodir da crise financeira – primeiro a Australiana (2006) e depois a Sul Africana (2007) – as recomendações e a retórica do G-20 continuaram no mesmo sentido, sendo desacompanhadas da execução das reformas necessárias para a reestruturação do sistema financeiro internacional, levando a que, muitas vezes, os *media* o acusassem de ser infrutífero. Possivelmente, a falta de disponibilidade ou a impossibilidade para aprofundar consensos relativamente à reorganização económica e financeira internacional, tornou o G-20 numa organização aquém das exigências inerentes aos seus desígnios.

ANEXO N.º 3

Trade restrictive measures by G20 economies

Type of measure	1 st Report (Apr. to Aug. 2009) 5 months	2 nd Report (Sep. 2009 to Feb. 2010) 6 months	3 rd Report (Mar. to mid-May 2010) 3 months	4 th Report (mid-May to mid- Oct. 2010) 5 months	5 th Report (mid-Oct. 2010 to April 2011) 6 months
Trade remedy	50	52	24	33	53
Border	21	29	22	14	52
Export	9	7	5	4	11
Other	0	7	5	3	6
Total	80	95	56	54	122

Nota: As medidas incluídas neste quadro são as medidas restritivas ou que têm o potencial de restringir e/ou distorcer o comércio. Este quadro não inclui medidas de apoio governamental.

Fonte: OMC, “Reports on G20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)” (2011), disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 9

¹¹⁷ DU JING (2005). “G-20 meeting ends, communique issued”, disponível no *website* do governo chinês, em http://english.gov.cn/chinatoday/2005-10/17/content_78584.htm

¹¹⁸ V. Anexo n.º X

¹¹⁹ *Idem.*

¹²⁰ *Idem.*

ANEXO N.º 4

Initiations of anti-dumping investigations

G20 Members	October 2009 – April 2010	October 2010 – April 2011**
Argentina	12	11
Australia	7	2
Brazil	9	25
Canada	2	0
China	6	4
EU	9	8
India	20	15
Indonesia	3	0
Korea	2	0
Mexico	1	2
Russian Federation*	0	1
South Africa	1	0
Turkey	1	1
United States	10	9
TOTAL	83	78

* Non-WTO Member. Data for the Russian Federation collected from unofficial sources.

** Data for January-April 2011 unverified and collected from various unofficial sources.

Fonte: OMC, “Reports on G20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)” (2011), disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, p. 13

ANEXO N.º 5

Box 1: Export Restrictive Measures (October 2008 to April 2011)

1. October 2008 to October 2009

Verified information

Argentina	Imposition of precautionary price references for copper exports
China	Export duties on five products (including apatite and silicon) raised from 10% to 15%, or from 20% to 35%
China	Cancellation of export licensing administration on silk worm cocoon, and certain silk products
China	Restrictions on the export of certain highly energy-consuming, highly-polluting, and exhaustible resource products
Egypt	Introduction of export tax on all kind of rice (LE 2,000/tonne (US\$365.4/ tonne)), as of July 2009

Egypt	Introduction of an export license system on milled rice
India	Extension of the export ban on edible oils until 30 September 2010
Indonesia	New regulation stipulating that exports of mining products, crude palm oil, coffee, rubber, and cocoa with an export value exceeding US\$1 million must be supported by letters of credit issued by domestic banks. Implementing regulations to be adopted
Russian Federation	Increase of export duties on copper (from zero to 10%)
Russian Federation	Increase of export duty (from 5% to 20%) on certain magnesium scrap, but not less than €138/tonne (US\$204/tonne) (effective 8 November 2009)
Viet Nam	Increase export duties on: sand and stones from 12% to 17%; mineral products; and wood coal and wood for materials from zero to 5% and 10%
Non-verified information	
Plurinational State of Bolivia	New regulation on sugar exports (establishment of a price band)
China	Export restrictions on rare minerals mainly used in high-tech products
India	Re-imposition of ban on wheat exports
Pakistan	Imposition of export tariffs (15%) on molasses
2. November 2009 to mid-October 2010	
Verified information	
Argentina	Adjustment of "criterion values" (valores referenciales de exportación de carácter precautorio) for exports of a number of products such as natural honey; fresh grapes; copper and articles thereof; and fresh apples, pears and quinces for certain specified destinations.
Argentina	Temporary export ban on ferrous waste and scrap, remelting scrap ingots of iron or steel until 9 July 2010. The ban was extended until 5 July 2011
Bolivia, Plurinational State of	Temporary export prohibitions of sugar, as from 19 February 2010, under a new Food Security Policy. Lifted on 31 March 2010
Bolivia, Plurinational State of	Temporary export prohibition of corn and sorghum, under a new Food Security Policy. Export prohibition on corn lifted on 6 May 2010
China	Elimination of VAT rebate on exports of certain products such as steel, starch, ethanol and semi-finished copper products, from 15 July 2010.
India	Increase of export tax on iron ore fines (from zero to 5%), and on iron ore lumps and pellets (from 5% to 10%). (effective 24 December 2009)
India	On 29 April 2010 the export duty rate on iron ore lumps was further increased from 10% to 15%.
India	Elimination of the foreign commission concession (12.5%) which was included in the calculation of the minimum export price (MEP) for basmati rice, reducing its export floor price.
India	Imposition of new measures for cotton yarn sector such as (i) suspension of the DEP (7.67%) benefit available for cotton yarn exports; (ii) suspension of duty drawback scheme for cotton yarn exports (as from 29 April 2010); and (iii) mechanism to register cotton yarn exporters. The DEP was suspended on 21 April 2010
India	Re-imposition of a duty on exports of raw cotton and yarn on 9 April 2010. Duty withdrawn on 1 October 2010
India	Extension of the export ban on edible oils until 30 September 2010. The ban was extended until 30 September 2011
Pakistan	As from 25 November 2009, exports of cotton yarn have been monitored through a system of registration to be notified to the Trade Development Authority. Registration requirement eliminated
Pakistan	New export procedures for wheat. Exports are limited to a cumulative ceiling of 200,000 metric tonnes (MT). Exports fixed at a minimum quantity of 50 MT and a maximum of 500 MT per contract (effective 8 February 2010)
Pakistan	Temporary additional levy "regulatory duty (25%)", imposed on a temporary basis, on exports of copper and aluminium waste and scrap for bars rods, ingots, slabs and billets (effective 13 March 2010 until 30 June 2010)
Pakistan	Temporary export restrictions (quota of 35 million kg/month) of all types of yarn, for the period 1 March 2010 to 30 June 2010 (withdrawn on 12 May 2010)
Pakistan	Additional levy "regulatory duty (15%)", imposed on a temporary basis, on exports of all types of yarn. (effective 13 May 2010)
Russian Federation	Increase of export duty (from 5% to 20%) on certain magnesium scrap, but not less than €138/tonne (US\$193/tonne) (effective 8 November 2009)
Russian Federation	Introduction of export tariffs on nickel (5%) (effective 27 January 2010)
Russian Federation	Modification of export tariffs (from €100/m ³ (US\$140/m ³) to 25%, but not less than €15/m ³ (US\$21/m ³)) for certain types of wood chips (effective 21 July 2010)

Russian Federation	Temporary ban on exports of certain crops such as wheat, barley, rye, and maize, from 15 August 2010 to 31 December 2010. Export ban duration extended until November 2011.
Russian Federation	Decree No. 1173 regulating the exports and imports of precious metals and gems. Traders are allowed to export only if they supply a sufficient amount to the State Reserves. Belarus and Kazakhstan (Custom Union members) are exempted.
Ukraine	Quotas and licensing requirements for imports and exports of certain products such as iron and steel, copper, and aluminium (effective 23 December 2009)
Ukraine	Imposition on 4 October 2010 of temporary export quotas and licensing requirements on certain agricultural products such as wheat and blend of wheat and rye (meslyn), spelt, corn, barley, rye, and buckwheat (effective until 31 December 2010)
Non-verified information	
Bangladesh	Imposition of export ban on jute
Bangladesh	New prolongation of the existing export ban on rice (both aromatic and non-aromatic) until December 2010
Egypt	As from 2 June 2010, new regulation requiring loading wheat for export at a single port
Egypt	Extension until October 2011 of export restrictions on rice
India	Extension of export ban on certain products such as wheat and rice
India	Export ban on cotton implemented in April 2010 was lifted in May 2010. As from May 2010, imposition of stricter export licensing requirements and additional tax of Rs 2,500/tonne (US\$56.5/tonne)
Indonesia	Introduction of export tariffs (from zero to 15%) on raw cocoa
Kazakhstan	Introduction of export tariffs (15% but not less than €100/tonne (US\$140/tonne)) on aluminium
Kazakhstan	Increase of export tariffs on oil and oil products
Turkey	Cancellation of flour wheat exports (40,000 metric tonnes) to Indonesia
Viet Nam	Establishment of a minimum export price (US\$300/tonne fob) for rice
3. Mid-October 2010 to April 2011	
Verified information	
Argentina	Update of the list of "criterion values" (valores criterio de carácter precautorio) for exports of certain products, i.e. natural honey and fresh apples, pears and quinces for certain specified destinations
Belarus	Introduction of non-automatic licensing requirement for exports of rubber pneumatic tyres
Belarus	Temporary restriction on exports of rapeseed oil, rapeseed and flax
Belarus, Kazakhstan, Russian Federation	Increase of export tariffs on copper cathode (from zero to 10%), and not alloyed nickel (from 5% to 10%)
Bolivia, Plurinational State of	Temporary export restrictions of certain products, i.e. soya beans; sunflower seeds; flours and meals of oil seeds or oleaginous fruits; oil-cake and other solid residues of soybean oil; and oil-cake and other solid residues, under a new Food Security Policy
China	Export quotas for rare earth minerals announced on 28 December 2010
China	Increase of export tariffs on certain rare-earth minerals (from 15% to 25%) neodymium and lanthanum chloride; (from 20% to 25%) ferroalloy containing rare earth elements more than 10%
China	Coal export quota for 2011 set at 38 million tonnes
India	Introduction of export tariffs on certain products, i.e. (10%) de-oiled rice bran oil cake, snake skin, raw fur lamb skins; (15%) cycle saddle leathers, hydraulic/packing/belting/washer leathers, picking band leathers, strap/combing leathers, tanned leather, ferrous waste scrap, remelting scrap ingots of iron or steel; and luggage leather-case hide or side/suit case/ hand bag luggage/cash bag leather, industrial harness leather, transistor case/camera case leathers
India	Additional increase of export tax (from 5% to 20%) on iron ore fines, and (from 15% to 20%) on iron ore lumps and pellets
India	Extension of export ban on pulses (originally implemented on 27 June 2006)
India	Exports of cotton yarn subject to registration with the Directorate General of Foreign Trade
Kazakhstan	Temporary export prohibition on light distillates, kerosene, and gasoil
Kyrgyz Republic	Establishment of temporary export duties on certain agricultural products
Macedonia, Former Yugoslav Rep. of	Temporary export ban on wheat, meslin, and wheat flour
Moldova	Temporary export ban on wheat and blend of wheat and rye (meslin)
Serbia	Temporary export ban on wheat and meslin, and wheat and meslin flour. On 1 April 2011, partial replacement of the ban on flour with the establishment of an export quota of 11,000 tonnes/month

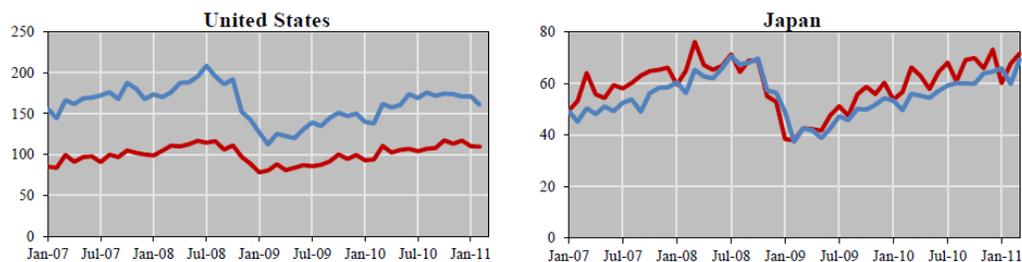
Ukraine	New licensing requirements on certain agricultural products such as wheat and blend of wheat and rye (meslyn), spelt, corn, barley (200,000 tonnes), and rye and buckwheat. Measure entered into force on 28 December 2010
Ukraine	Export tariff reduction on scrap metal (from 24% to 21%) postponed from 2011 to 2012
Ukraine	Export permit requirement for non-ferrous metals only granted to specialized metallurgical processing plants with export certificates of quality, extended until the year 2015
Ukraine	New regulation requiring the mandatory registration of export contracts for agricultural and food products at the Agrarian Exchange
Non-verified information	
India	Export ban on onions imposed end of December 2010
India	Export ban on milk and milk derivatives
India	Extension of export ban on casein, caseinates, other casein derivatives, and casein glues
Kazakhstan	Temporary export ban on certain petrol products, i.e. gas oil (except for heating oil), motor gasoline, and kerosene
Kazakhstan	Increase of export tariffs (from US\$20/tonne to US\$40/tonne) on crude oil
Sierra Leone	Export ban on rice and palm oil
Viet Nam	Increase of the minimum export price for broken rice (25% grade) up to US\$445/tonne fob
Viet Nam	New procedures for rice exports, setting stricter conditions such as requirement of at least one warehouse with a storage capacity of 5,000 tonnes, and a 10 tonnes/hour processing milling facility
Viet Nam	Increase of export tariffs (from zero to 10%) on certain jewellery products and gold
<i>Source:</i> Information as appearing in WTO documents WT/TPR/OV/12 and 13.	

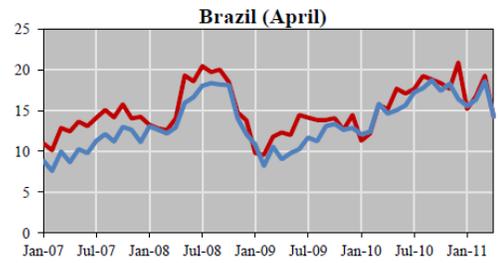
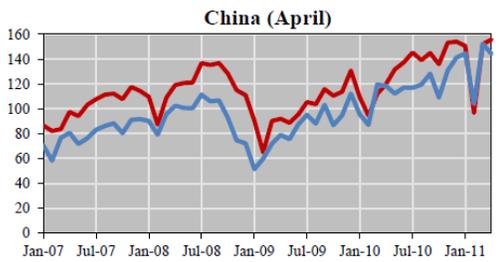
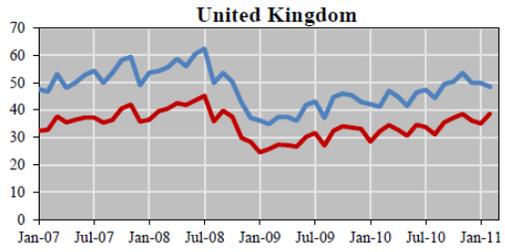
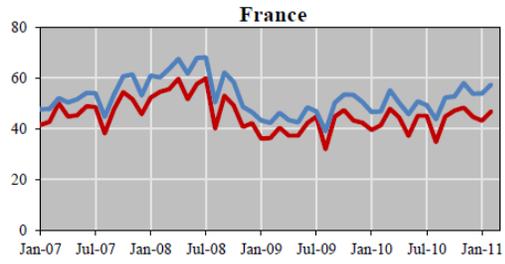
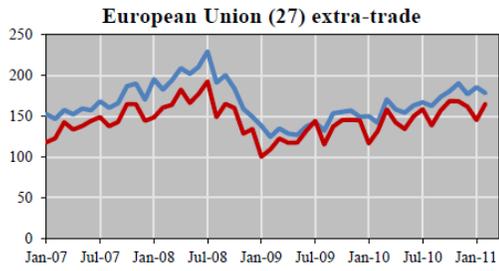
Fonte: OMC, “Reports on G20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)” (2011), disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, pp. 23 e ss.

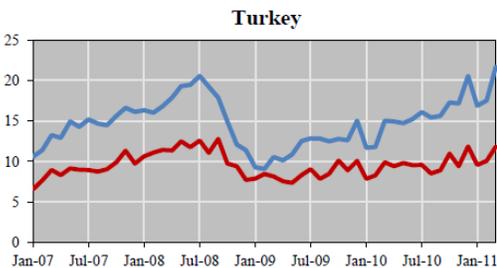
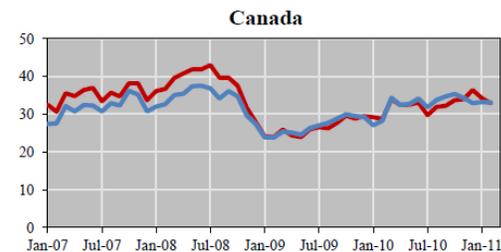
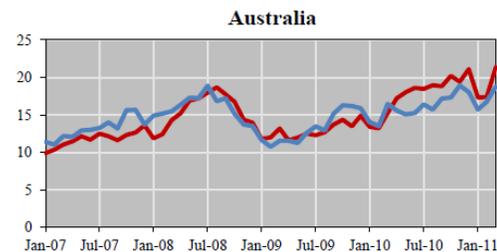
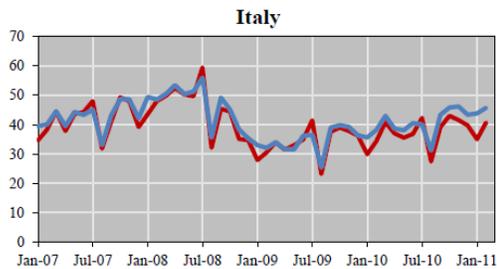
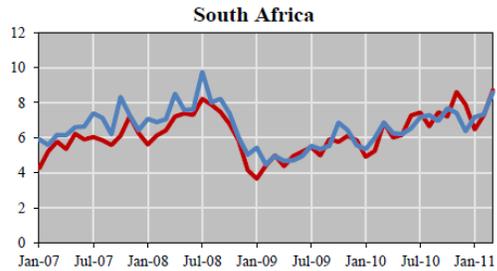
ANEXO N.º 6

Chart 8
Monthly merchandise exports and imports of selected economies, January 2007 – March 2011

(US\$ billion)





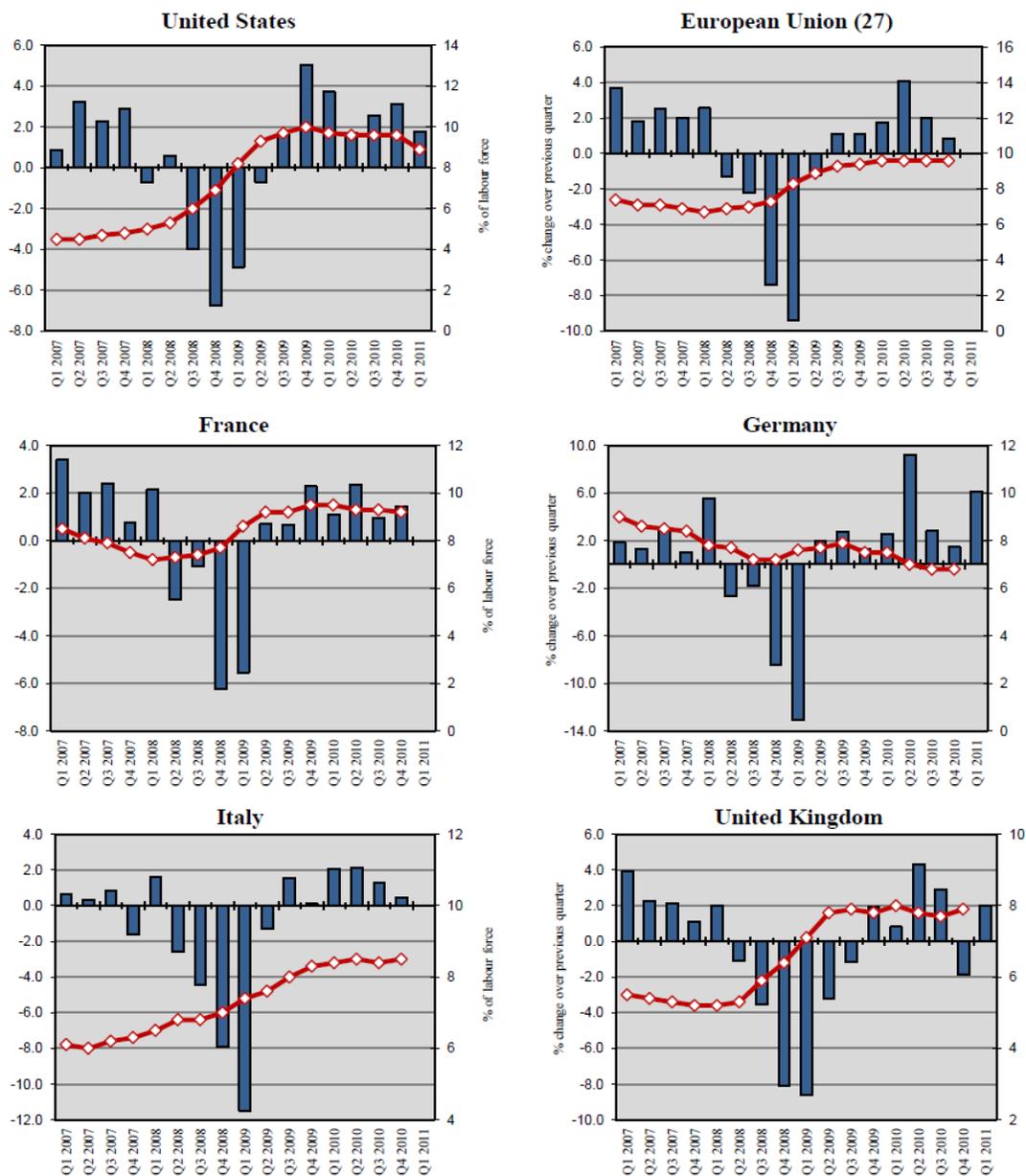


Source: IMF, International Financial Statistics; GTIS; GTA database; national statistics.

Fonte: OMC, “Reports on G20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)” (2011), disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, pp. 41 e 42

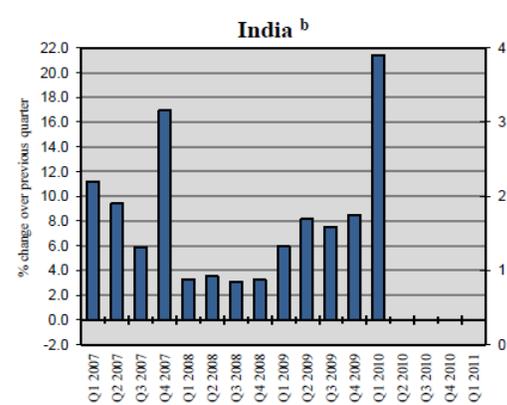
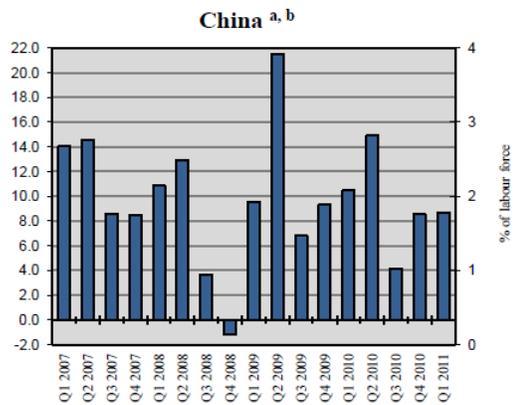
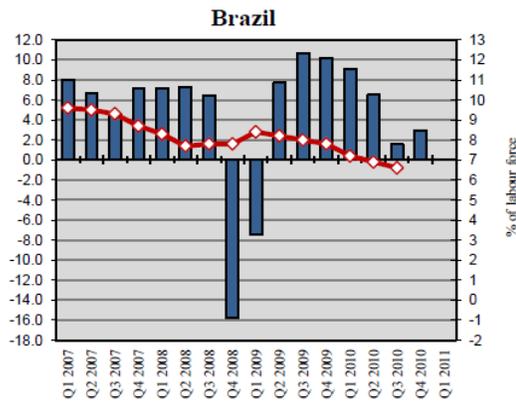
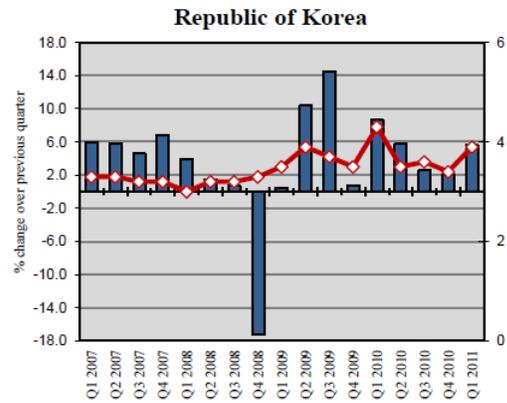
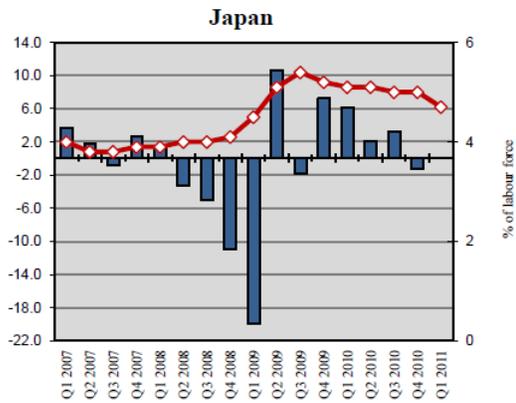
ANEXO N.º 7

GDP growth and unemployment rates of selected g-20 economies, Q1 2007 – Q1 2011
(Annualized percentage change over previous quarter¹²¹ and percentage of labour force¹²²)

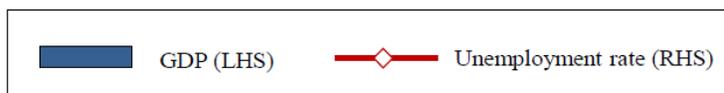
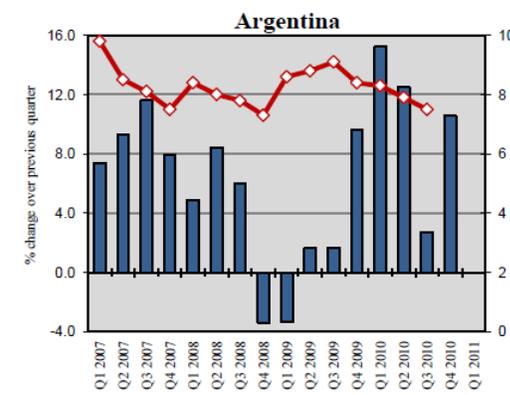
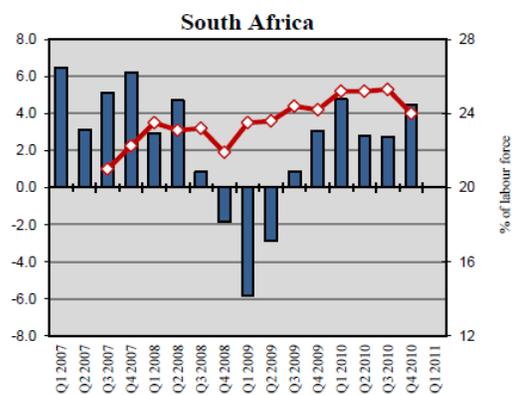
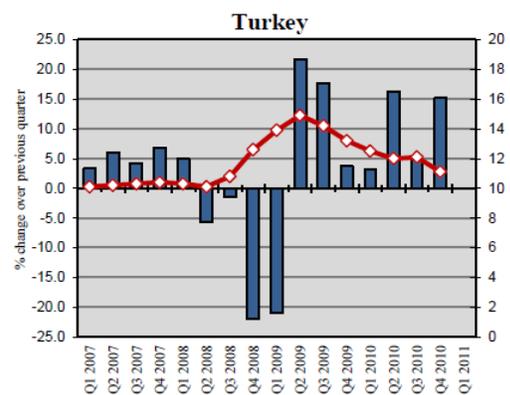
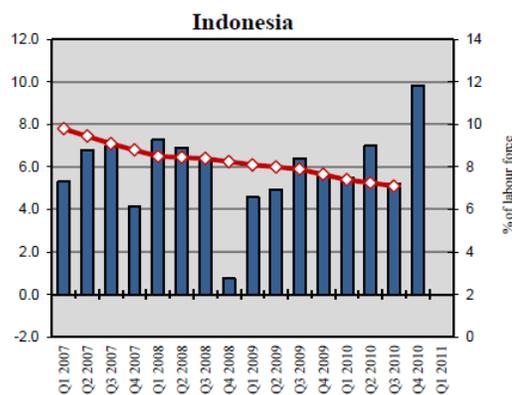
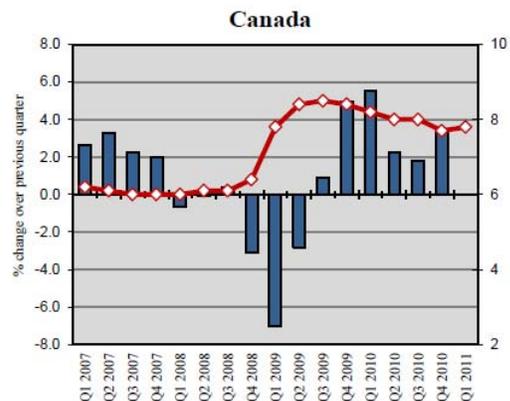
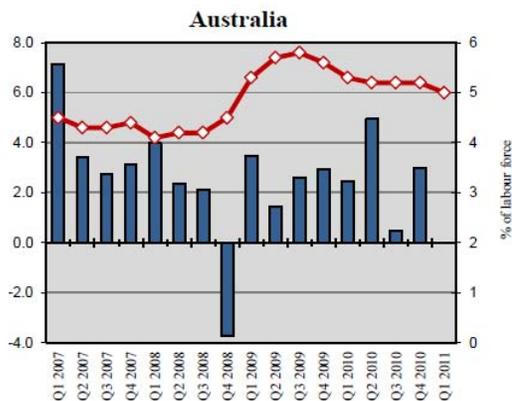


¹²¹ Valores à esquerda.

¹²² Valores à direita.



- a GDP growth estimated based on year-on-year changes reported by China's National Bureau of Statistics.
- b Unemployment data not available.



Source: Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) and National Statistics.

Fonte: OMC, “Reports on G20 – Trade and Investment Measures (mid-October 2010 to April 2011)” (2011), disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/20/46/47955250.pdf>, pp. 46 e ss.

ANEXO N.º 8

BRICs	Grupo composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China que representa um conjunto de grandes economias em desenvolvimento e com um rápido crescimento económico.
G-4	dos vários criados, destaca-se a associação entre EUA, Brasil, União Europeia (UE) e Índia, cuja tarefa principal era negociar questões comerciais, envolvendo, se necessário, a OMC. Porém, devido a uma série de fracassos, como os que se sucederam nas negociações feitas em Postdam, na Alemanha, sobre a liberalização do comércio mundial, em Junho de 2007, o Brasil e a Índia saíram do Grupo, levando, por consequência, ao fim do mesmo
G-5:	reúne o Brasil, a China, a Índia, o México e a África do Sul, é regularmente convidado para se sentar à mesa das grandes potências ocidentais, devido à importância que estes países vêm conquistando na economia internacional;
G7/G-8	Grupo que reúne os EUA, o Japão, a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália, o Canadá e a Rússia, para discutir questões relacionadas, fundamentalmente, com a segurança e a economia internacional.
G-10	formado em 1962, reúne dez grandes economias (as dez maiores economias capitalistas da época em que foi criado) para discutir, essencialmente, questões relacionadas com a saúde económico-financeira global. São estas: a Alemanha, o Canadá, a Bélgica, os EUA, a França, a Itália, o Japão, a Holanda, o Reino Unido, a Suécia e a Suíça. Esta última entrou em 1964, passando o grupo a conter 11 países, embora se tivesse mantido a designação de G-10. Este Grupo participa no <i>General Arrangements to Borrow</i> (GAB), um acordo para a obtenção de empréstimos suplementares para o caso dos recursos previstos pelo FMI serem insuficientes perante determinadas situações.
G8+5	nome dado aos encontros esporádicos entre o G8 e o G5.
G-20 comercial	Formado apenas por nações emergentes - África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egipto, Equador, Filipinas, Guatemala, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e o Zimbabué, reunindo não vinte mas vinte e três países - nasceu em 2003, numa reunião ministerial da OMC realizada em Cancún, no México, com o objectivo de defender os interesses agrícolas dos países em desenvolvimento face aos países desenvolvidos. A sua contestação incide, essencialmente, nos subsídios que os governos das nações mais ricas usam para sustentar a sua produção agrícola. ¹²³

¹²³ “G-20 Comercial”, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/desenvolvimento-comercio-e-financas/g-20-comercial>

Bolha da Internet	Entre 1995 e 2000, desenvolveu-se um <i>frenesim</i> nas bolsas de valores dos negócios virtuais e das empresas “pontocom” (empresas que actuam a partir da Internet). Neste período de tempo, estas empresas tiveram a sua cotação na bolsa superestimada, desenvolvendo-se, gradualmente, uma “bolha”. Quando os mercados reagiram perante esta anomalia, a “bolha” rebentou (Primavera de 2000), levando muitas empresas à falência e por consequência, à perda de avultadas quantias de dinheiro por parte de muitos investidores.
Dumping	A palavra <i>dumping</i> provém do verbo inglês “ <i>to dump</i> ”, que significa inundar. De uma forma simplista, o significado do conceito de dumping na área económica significa a formulação de preços artificialmente baixos nos mercados para onde se destina a exportação, relativamente aos preços dos mesmos produtos nos mercados de origem. Não raras vezes, os elevados preços efectuados no interior do país de origem são o que permite a implementação de preços baixos nos mercados externos, possivelmente abaixo dos custos de produção.
Medidas restritivas à exportação	No contexto de crises económicas, como a actual, certos países, alegando necessidades relacionadas com o mercado interno, impõem limites às suas exportações, cujos produtos até podem ter uma elevada procura internacional.
Dilema de Triffin	Dilema suscitado por Robert Triffin que punha em causa o sistema de <i>Bretton Woods</i> . Porém, apesar do fim da convertibilidade do dólar em ouro, decidida unilateralmente em 1971 pelo presidente norte-americano Nixon e ratificada pelas principais potências capitalistas em 1973, este dilema conserva parte significativa da sua razão de ser. Tal acontece porque o dólar se mantém como moeda de referência a nível internacional, o que faz com que os EUA tenham de fornecer liquidez suficiente para viabilizar o comércio internacional, pressionando-os para que incorram em <i>deficits</i> por um lado e por outro, uma vez que uma moeda de referência necessita de ter um valor estável, pressionando-os para que consigam alcançar superávits ou um saldo equilibrado.
Consenso de Washington	O Consenso de Washington é um conjunto de medidas formuladas no mês de Novembro de 1989 por economistas ligados a instituições financeiras como o FMI, o BM ou Departamento do Tesouro dos EUA e fundamentadas, essencialmente, pelo economista JOHN WILLIAMSON. Estas medidas, enquadradas no pensamento “neo-liberal” e com grande reflexo na política oficial do FMI, foram receitadas aos países em desenvolvimento para que estes promovessem o respectivo ajustamento macroeconómico. Porém, as consequências da implementação das mesmas foram nefastas para estes países.

Objectivos do Milénio	Em Setembro de 2000, os chefes de Estado e de Governo de 189 países, incluindo Portugal, reuniram-se nas Nações Unidas para assinar a Declaração do Milénio. Nesta comprometeram-se a lutar contra a pobreza, a fome, a desigualdade de género, a degradação ambiental, o vírus do VIH/SIDA, comprometendo-se também a melhorar o acesso à educação, a cuidados de saúde básicos e à água potável. Para avaliar o cumprimento daquele compromisso, estabeleceram 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a alcançar até 2015. Certamente os resultados estarão aquém do compromisso.
-----------------------	--